



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção do prédio Anexo a Promotoria de Justiça de Santana, CONTENDO AUDITÓRIO PARA 150 PESSOAS E SALAS DESTINADAS AO NÚCLEO DE MEDIAÇÃO, incluindo a execução de fundações, estrutura, alvenarias, coberturas, instalações elétricas, hidrossanitárias, de climatização, combate a incêndio e pânico, lógica/telefonia, revestimentos, esquadrias, pintura, paisagismo e demais serviços correlatos, com fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários.

DATA E HORA DA ABERTURA: 21/05/2026, às 10:00h. (Horário local Macapá)

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de compras públicas (www.gov.br/compras);

O edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados *site* desta instituição: <http://www.mpap.mp.br> (https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes) e no Portal de compras públicas (www.gov.br/compras);

Dúvidas e pedido de esclarecimentos: E-mail: licitacoes@mpap.mp.br



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

1 – PREÂMBULO

REF: Unidade requisitante -Divisão de Engenharia e Arquitetura/PGJ

Recursos: *Elemento de Despesa 449051 – Programa de Trabalho nº 03.091.0115.1061.*

Processo nº 20.06.0000.0003713/2025-98/MPAP

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção do prédio Anexo a Promotoria de Justiça de Santana.

TIPO: Menor preço GLOBAL

FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: Execução indireta no regime de empreitada por preço global.

DATA DE ABERTURA: 21/05/2026.

HORÁRIO DE ABERTURA: 10:00 (dez) horas. (Horário local Macapá-AP)

LOCAL: Portal de compras públicas (www.gov.br/compras);

LEGISLAÇÃO: O edital da presente licitação reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes: Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e demais normas pertinentes, e ainda as exigências deste edital e seus anexos. A Concorrência nº 001/2026/MP-AP.

2 - DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção do prédio Anexo a Promotoria de Justiça de Santana.

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação que decorrer desta licitação será conforme o determinado na minuta contratual anexo e começará a fluir a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos prazos e limites determinados na Lei 14.133/2021.



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar desta licitação quaisquer empresas que:

- 4.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto desta licitação, devendo ser comprovado pelo contrato social;
- 4.1.2 - Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;
- 4.1.3 - Comproven possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;
- 4.1.4. - Os participantes do presente Certame Licitatório deverão estar registrados no SICAF e atender a todas as condições exigidas para cadastramento, observada a necessária qualificação, conforme estabelece a lei 14.133/2021.

4.2 - Não poderão participar neste certame as empresas:

- 4.2.1 - Punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas na Lei nº 14.133/2021;
- 4.2.2 – Não poderão participar deste certame as empresas cujo(s) sócio(s), gerente(s) ou diretor(es) seja(m) cônjuges(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro do Ministério Público do Estado do Amapá ou de servidor (este ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Estado do Amapá), conforme dispõe a resolução 37/2009-CNMP.

5 - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

- 5.1 - O preço total estimado pela Administração para a contratação do objeto desta Concorrência é de **R\$ 3.284.529,36 (três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos)**, conforme os valores constantes da PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS, anexo deste Edital.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da dotação orçamentária, consignada no Programa Elemento de Despesa 449051 – Obras e Instalações, Programa de Trabalho nº 03.091.0115.1061.

7 - DO REAJUSTAMENTO

- 7.1 – Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados conforme previsão da Lei nº 14.133/2021, destacada na Clausula Oitava da Minuta Contratual, anexo do Edital;

8 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

8.1 – Do Credenciamento:

a) As empresas interessadas em participarem na presente licitação deverão estar regularmente credenciadas no Portal de compras públicas (www.gov.br/compras);

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico.

9.2. A licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, o **valor TOTAL GLOBAL do lote(s) de seu interesse**, em reais (R\$), com até duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

9.2.1. Apresentação da Proposta, conforme **Anexo III**, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

9.2.2. Orçamento Discriminado, seguindo a mesma estrutura do orçamento de referência da Administração, sem acréscimo ou supressão de itens ou modificação de quantitativos, apresentando preços unitários e global dos materiais e serviços, bem como o total da proposta, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado;

9.2.3. Cronograma Físico-Financeiro, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, preenchido pelo licitante de acordo com o modelo previsto no **Anexo VIII**, e observando os parâmetros informados pela Administração;

9.2.4. Demonstrativo de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI com as informações arroladas no modelo de **Anexo VIII**;

9.2.4.1. No demonstrativo de BDI, não poderão ser consideradas como despesas indiretas os custos com administração local, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, equipamentos, ferramentas, taxas e emolumentos, instalação de canteiros e acampamento, mobilização e desmobilização.

9.2.5. Demonstrativo de Encargos Sociais com as informações arroladas no modelo de **Anexo VIII**, de acordo com o objeto licitado e o enquadramento tributário;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

9.2.5.1. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da Lei Complementar federal nº 123/2006.

9.2.6. Comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, desde que previsto na Minuta do Contrato, **Anexo VII**.

9.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 90 dias a contar da data da abertura da licitação.

9.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se o do **Anexo III**.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores ao limite fixado no **Anexo I**.

9.5. O valor da instalação e mobilização é parte integrante da proposta, devendo nela estar discriminado e não podendo ser superior ao valor informado no **Anexo VIII**.

9.6. Os erros aritméticos poderão ser corrigidos automaticamente pela Comissão Especial de Licitação, desde que limitados a erros formais, sem alteração substancial da proposta, bem como as eventuais divergências entre o preço unitário e o total ofertados para os itens que compõem o objeto licitado, prevalecendo sempre o primeiro.

9.7. No orçamento de referência da Administração foram considerados os parâmetros informados no **Anexo VIII**.

9.8. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não podem ser repassados à Administração e, por essa razão, não devem ser incluídos na proposta apresentada.

9.10. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.

9.13. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

9.14. Será utilizada a taxa de BDI do orçamento-base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pelo Contratado for injustificadamente elevada, com vistas



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo Contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

9.16. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

9.16.1. que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital;

9.16.2. que assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

9.16.3. que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

9.16.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

9.16.5. que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades, elencadas no item 25 deste Edital, e previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021;

9.16.6. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

9.16.7. que possui ou não enquadramento empresarial como ME/EPP; para fins de obtenção do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso;

9.16.8. que, em sendo ME/EPP, possui ou não possui contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização desta licitação;

9.16.9. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.16.10. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.17. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação na concorrência eletrônica.



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

9.18. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes previstos nos arts. 299, 337-F e 337-I do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

9.19. Até a data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.20. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.21. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades.

9.22. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.23. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

10 - DO FUNCIONAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

10.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico (www.gov.br/compras);

10.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

10.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

10.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Se ocorrer a desconexão do agente de contratação durante a etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

10.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes.

10.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

11 - DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA

11.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no Preambulo deste Edital.

11.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

11.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou *e-mail*.

11.3. O Critério de Julgamento será conforme o item 12.1.1 do Termo de Referência.

11.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento do menor valor ofertado.

11.5. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

11.5.1. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no item 12.3 do Termo de Referência.

11.5.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.5.3. Será permitida a apresentação de lances intermediários.

11.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo Agente de Contratação.

11.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.9. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.

11.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

11.10.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.10.2. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no **subitem 11.10** deste Edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

12 - DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13 - DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. O agente de contratação convocará o licitante classificado em primeiro lugar, para, em prazo não inferior a 02 (duas) horas, encaminhar, pelo meio eletrônico, os documentos da proposta, reelaborados com valores adequados ao valor final da proposta vencedora, conforme § 5º do art. 56 da Lei federal nº 14.133/2021.

13.1.1. Além dos documentos reelaborados referidos na cláusula 13.1;

13.3. O agente de contratação verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital, bem como à execução da garantia da proposta, se exigida.

13.5. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MP-AP ou de terceiros, para orientar sua decisão.

13.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

13.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.8. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.8.1. Erros no preenchimento dos documentos exigidos para apresentação da proposta não constituem motivo para sua desclassificação, podendo ser ajustados pelo licitante, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

13.9. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

13.10. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao agente de contratação realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração.

13.10.1. Será considerada inexequível a proposta que não tenha demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

13.11. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

14 - DA HABILITAÇÃO

14.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, em prazo a ser definido pelo agente de contratação, nunca inferior a 02 (duas) horas, os documentos de habilitação abaixo discriminados:

14.1.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

14.1.1.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

14.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

14.1.1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.1.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.1.1.5. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitidos pela Junta Comercial do Estado do Amapá ou equivalente de outro Estado da Federação;

14.1.2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

14.1.2.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.1.2.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

14.1.2.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.1.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

14.1.3. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

14.1.3.1. será exigida a certidão de registro da pessoa jurídica no Conselho profissional competente;

14.1.3.1.1. declaração formal do licitante de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, dentro do prazo previsto no Cronograma Físico-Financeiro; e indicação do Responsável Técnico pela licitação e execução da obra, Declaração de Capacidade Técnico-Operacional e Indicação de Responsável Técnico, conforme item 12.10 do TR;

14.1.3.1.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

14.1.3.1.3. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.1.3.1.4. comprovação da capacitação técnico-profissional:

14.1.3.1.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

de diferentes atestados executados de forma concomitante, por profissional(ais) de nível superior (de acordo com a exigência da obra), Engenheiro Civil, Arquiteto e/ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA e/ou CAU, detentor(es) de 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por esses Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada, por execução de obras ou serviços com características equivalentes ou superiores.

14.1.3.1.6. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado, conforme item 12.10.3.1 do TR;

14.1.3.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.1.3.2.3. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.1.3.3. Da Visita Técnica

14.1.3.3.1. Para visita ao local de execução dos serviços, as empresas interessadas deverão procurar a Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/MP-AP da Procuradoria-Geral de Justiça do Amapá, situada na Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá (AP) – CEP: 68.903-883, de 08:00 às 14:00 horas, por meio dos telefones (96) 3198-1676 e (96) 3198-1678.

14.1.3.3.2. A visita deverá ser agendada com antecedência de 2 (dois) dias úteis e deverá ocorrer até 3 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da primeira sessão pública.

14.1.3.3.3. A vistoria tem caráter facultativo e caso a empresa não queira participar da visita nos dias agendados, poderá apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria Técnica, Declaração de Vistoria Técnica (ANEXO V) formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com o Ministério Público do Estado do Amapá – MP/AP

14.1.4. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

14.1.4.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta, exceto se houver decisão judicial específica dispensando a apresentação;

14.1.4.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.1.4.3. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

14.1.4.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14.1.4.5. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.1.4.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.1.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14.1.4.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

14.1.4.9. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei 14.133, de 2021.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

14.1.4.10. é dispensada a exigência do item 12.16.2.2 para o Micro Empresário Individual – MEI, que está prescindido de elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

14.1.5. Documentos Complementares para Habilitação:

14.1.5.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o disposto no **Anexo I**.

14.1.5.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da participante, com indicação do número de inscrição no CNPJ/CPF.

14.1.5.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

14.1.5.4. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.1.5.5. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

14.1.5.6. Caso a data do julgamento da habilitação não coincida com a da abertura da sessão, e não seja possível ao agente de contratação verificar a validade dos documentos por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

14.1.5.7. Convocado o licitante, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se, para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

14.1.5.8. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

14.1.5.9. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema.

14.1.5.10. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

(Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

14.1.5.11. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

14.1.5.12. se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o Agente de Contratação considerará o licitante inabilitado;

14.1.5.15. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

15. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no endereço indicado no Preambulo deste Edital.

15.1.1. Caberá ao agente de contratação, auxiliado pelo setor técnico responsável, decidir sobre o pedido de esclarecimento ou a impugnação, no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.1.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

15.2. Havendo inconsistência entre memorial descritivo, desenhos dos projetos e planilha de orçamento global, inclusive entre os respectivos quantitativos e preços unitários, o licitante deverá impugnar o Edital para correção ou, não fazendo, e vindo a ser o vencedor do certame, assumirá responsabilidade de executar todo o objeto nos termos da minuta de contrato.

15.3. Após as etapas de classificação e habilitação, os licitantes receberão notificação pelo sistema, para, querendo, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, obrigatoriamente via sistema eletrônico, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que o recurso terá efeito suspensivo.

15.3.1. A falta de manifestação acerca da intenção de recorrer, nos termos previstos neste Edital, importará a decadência desse direito.

15.3.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente via sistema em que foi realizada a



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

disputa, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. Caberá ao agente de contratação receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informados, quando mantiver a sua decisão.

15.4.1. O recurso será conhecido pelo agente de contratação se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender às demais condições para a sua admissibilidade.

15.5. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.5.1. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Inexistindo manifestação recursal, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do(s) lote(s) ao respectivo licitante vencedor de cada lote, competindo à autoridade competente também a homologação do procedimento licitatório.

16.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.3- A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

17 - DO CONTRATO

17.1. O adjudicatário terá o prazo previsto no **Anexo I**, após formalmente convocado, para assinar e devolver o contrato.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada;

17.3. O prazo de vigência do contrato e conclusão do objeto será o previsto na Minuta Contratual, anexo deste Edital.

17.4. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, pelo Contratante, para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

17.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 17.5, a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

17.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 17.6, a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

17.8. Na hipótese do subitem 17.7, o licitante remanescente convocado fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

17.9. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação.

18 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A fiscalização da execução contratual, ocorrerá conforme item 8 do Termo de Referência.

19 - DOS PAGAMENTOS

19.1. As condições para pagamento são as previstas no item 9 do Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

20.1. O adjudicatário obriga-se a manter situação regular junto a Administração do MP-AP, bem como no SICAF.

20.2. Se a Administração do MP-AP relevar o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações do adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

20.3. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA** da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

21.1 - Conforme Minuta Contratual, anexos do Edital

22 - Garantia de Execução Contratual

22.1 – **Caso haja previsão na Minuta de Contrato** anexo deste edital, será exigida da licitante contratada, a prestação de uma das seguintes modalidades de garantia de execução contratual:

22.1.1 - caução em dinheiro;

22.1.2 - seguro-garantia;

22.1.3 - fiança bancária;

23 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 – Conforme item 07 do TR, anexo.

24 – FORMA DE PAGAMENTO

24.1 – Conforme Cláusulas da Minuta Contratual anexo.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo agente de contratação.

25.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

25.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

25.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional.

25.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.4.1. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

25.5. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no *site* referido, sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

25.6. O Contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.8. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

25.9. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

25.10. Prevalecerão as disposições deste Edital em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

25.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

25.12. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da repartição pública.

25.13. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

25.14. A Autoridade Superior poderá revogar esta Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.14.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

25.14.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, devidamente comprovados.

25.15. Fica eleito o foro da Comarca de Macapá/AP para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.

26 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

- Projeto Básico/Termo de Referência (Anexo I);
- Estudo Técnico Preliminar (Anexo II);



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

- Modelo da Proposta Comercial (Anexo III);
- Modelo de Atestado de Vistoria Técnica (Anexo IV);
- Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores (Anexo V);
- Modelo de Declaração de Elaboração Indep. de Proposta e Resol. 37/2009-CNMP (Anexo VI);
- Minuta do Contrato (Anexo VII);
- Relação de Projetos e Especificações Técnicas (Anexo VIII).

Macapá, 30 de abril de 2026.

MARCOS RAVEL MAGALHAES
DE ABREU:38836203272

Assinado de forma digital por MARCOS
RAVEL MAGALHAES DE
ABREU:38836203272
Dados: 2026.04.30 10:03:49 -03'00'

Marcos Ravel Magalhães de Abreu
Gerente da Divisão de Contratações

Documento assinado digitalmente



MARCO ANDRE OLIVEIRA DE ANDRADE
Data: 30/04/2026 10:43:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marco Andre Oliveira de Andrade
Agente de Contratação/Pregoeiro

Documento assinado digitalmente



RONILDO CRISTINO DE LIMA
Data: 30/04/2026 10:09:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ronildo Cristino de Lima
Agente de Contratação/Pregoeiro



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Procedimento de Gestão Administrativa nº: 20.06.0000.0003713/2025-98

Demandante: Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PG)

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de 01 (um) prédio localizado na Rua B-1, 40, Vila Amazonas, Santana-AP), específico para centralizar atendimento das Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, mini auditórios, auditório para 150 pessoas, salas para atendimento de Mediação e Conciliação.

Modalidade: Concorrência, com fundamento no Art. 6º, XXXVIII (contratação de obras e serviços de engenharia), da Lei nº 14.133/2021.

Local do serviço: Município de Santana /AP.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 7/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta-se o seguinte Termo de Referência.

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de engenharia para executar obra de **ampliação das instalações da Promotoria de Santana**, contemplando a construção de novos ambientes voltados ao atendimento ao público, mediação de conflitos, realização de eventos institucionais e suporte administrativo, proporcionando maior eficiência operacional e melhores condições de trabalho e acolhimento à comunidade.

Local da obra: Centro Administrativo de Santana.

1.2 O serviço será contratado por escopo, isto é, se impõem ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço dentro do período definido para execução, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação, com base no SINAPI, é de **R\$ 3.284.529,36 (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte nove reais e trinta e seis centavos).**

1.4 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia enquadrando-se na alínea "a", inciso XXI do art. 6º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo indicado o uso da CONCORRÊNCIA, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.14.133/2021.

1.5 A presente contratação adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (contratação da execução da obra/serviço por preço certo e total).

1.6 O prazo de EXECUÇÃO, CONCLUSÃO e ENTREGA será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, e a eficácia legal da contratação se dará a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Amapá.

1.7 Grupo: É composto por apenas um item.

1.8 Justificativa de Agrupamento: Trata-se de objeto único.

1.9 A fase de lances será **aberta** e será aplicado o intervalo R\$ 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

1.10 Conforme versa o Art. 59, §4 da Lei 14.133/2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

1.11 Exclusividade/Benefício ME/EPP: A contratação NÃO é exclusiva, nem haverá cota para ME/EPP, porque o presente certame não se insere nos parâmetros previstos no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2008.

1.12 A Lei nº. 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos. XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

"Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados¹

1.13 Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como obra quando:

- I) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente,
- II) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

1.14 O enquadramento como serviço de engenharia, por outro lado, tem um caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

1.15 O Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União destaca a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que:

- **Obra** é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova a estrutura já existente. (...)

- **Serviço de engenharia** é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

1.16 Assim sendo, a natureza aqui presente constata-se que tratar-se-á de serviço de engenharia, de natureza comum, conforme a linha de raciocínio que se desenvolverá a seguir.

1.17 Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica perquirir se esse serviço é comum ou especial, que assim são definidos no art. 6º, inc. XXI, alíneas "a" e "b", da Lei nº. 14.133/2021:

Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;

1.18 Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO¹, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio".

1.19 O caráter comum ou especial do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que atrai o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

1.20 Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia a ser contratada, se trata de natureza comum, apto a execução por diversos interessados, com a possibilidade de mensuração padrão de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

1.21 O código CATSER referente ao objeto a ser licitado é 1619.

1.22 Da natureza do objeto: O objeto da licitação não se enquadra como bem de luxo, conforme Ato Normativo nº 0000013/2023-GAB/PGJ, porque o objeto a ser adquirido é **OBRA**.

1.23 A presente contratação será operacionalizada na modalidade **CONCORRÊNCIA**.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Dialética, São Paulo, 2005, pg. 30



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.24 O serviço será contratado por escopo, isto é, se impõem ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço dentro do período definido para execução, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

1.25 Os serviços a serem contratados exigem, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com observância às recomendações aceitas pelas técnicas, normas e legislações aplicáveis.

1.26 Portanto, também a necessidade de contratação do serviço objeto do presente documento, dar-se-á em virtude da ausência no quadro funcional do MP-AP, onde não dispõem de pessoal especializado para o desenvolvimento de atividades, tais quais as previstas na referida contratação.

1.27 O serviço pretendido é considerado serviço "comum de engenharia", pois se enquadra na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Lei 14.133/2021:

XXI - **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) **serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

1.28 Por fim, o serviço que se pretende contratar tem NATUREZA NÃO CONTINUADO ou CONTRATADO POR ESCOPO, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

1.29 Este Termo de Referência tem como finalidade estabelecer as especificações e condições para a contratação de empresa de engenharia especializada para a construção completa de 01 (um) novo prédio das Promotorias de justiça de Santana visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP), em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Ato Normativo Nº 0000007/2023-GAB/PGJ do MP-AP.

1.30 O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme as diretrizes estabelecidas no Ato Normativo nº 0000013/2023-GAB/PGJ. A escolha do objeto pautou-se pela estrita necessidade e pela busca da economicidade. A contratação visa uma obra com **especificações de qualidade comum**, conforme detalhado nas Especificações Técnicas (ex: piso porcelanato, alvenaria cerâmica, cobertura termoaústica), e **não de luxo**, alcançando a solução mais vantajosa para resolver a necessidade pública com economicidade e eficiência.

1.31 O serviço que se pretende contratar tem NATUREZA COMUM, de acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que os define como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". As especificações detalhadas neste documento e nos projetos anexos permitem a identificação clara do objeto no mercado, possibilitando a ampla competição.

1.32 Quantitativos dos Serviços:

Item 1: Contratação de empresa para construção da nova sede da Promotoria de Justiça de Santana com 748, 17 m².

Unidade: obra

Quantidade: 01, contratada sob o regime de **empreitada por preço global**. Este regime é justificado pois os projetos e especificações técnicas (Projeto Básico). Os quantitativos detalhados de serviços e materiais estão descritos nas planilhas de Composição de Custos Unitários (CPUs) e no Orçamento Sintético).



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.33 O prazo de vigência e execução do contrato será definido pelo **cronograma físico-financeiro** a ser parte integrante do Edital e do Contrato. A obra possui garantia legal mínima de 5 anos.

1.34 Possibilidade de Prorrogação. Trata-se de contrato de escopo para execução de obra, não se enquadrando como serviço contínuo. O contrato poderá ser prorrogado, conforme art. 8º, §1º, I do Ato Normativo 007/2023-GAB/PGJ.

2 FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação visa solucionar graves problemas estruturais e de segurança que afetam as Promotorias de Justiça do município de Santana. A necessidade da administração, sob a perspectiva do interesse público, fundamenta-se em pontos críticos identificados no Documento de Formalização de Demanda, que abaixo transcrevemos:

A contratação é necessária para garantir a continuidade, segurança e adequação dos serviços públicos prestados pelas Promotorias de Justiça de Santana.

1. Inadequação da Estrutura Física: O atual prédio possui uma estrutura física reduzida, sendo insuficiente para comportar com conforto e dignidade os membros, servidores e o público usuário. Além disso, a inadequação do espaço limita o atendimento e a organização interna do trabalho, manifestando necessidade a centralização, em um único imóvel, das atividades relacionadas às Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, Núcleo de Mediação e Auditório que comporte 150 pessoas, assegurando-se condições adequadas de acessibilidade, segurança contra incêndio e pânico, conforto ambiental e eficiência energética, em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, Corpo de Bombeiros, NBR 9050).

2.2 A Ampliação justifica-se no imperativo da capacidade de atendimento ao público, especialmente em demandas de cidadania, direitos difusos e coletivos, infância e juventude, bem como métodos autocompositivos de solução de conflitos.

2.3 Atualmente, a maioria das atividades coletivas promovidas pelo Núcleo de Mediação da Promotoria de Justiça de Santana se dão em espaços físicos cedidos ou alugados, tornando difícil a compatibilidade de datas e horários das atividades em virtude dos espaços físicos nem sempre estarem disponíveis nos períodos programados.

2.4 A demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do MPAP e ao Plano de Contratações Anual, na medida em que visa fortalecer a infraestrutura física necessária ao cumprimento da função institucional do Ministério Público, aprimorando o atendimento ao cidadão, a proteção de direitos fundamentais e a efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial, em consonância com o art. 11, parágrafo único, e art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução adotada é a contratação de empresa de engenharia especializada para a construção completa da nova sede da Promotoria de Santana, sob o regime de execução de obra.

3.2 O objeto compreende a execução integral dos serviços previstos nos projetos (Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário, Prevenção e Combate a Incêndio, Lógica e CFTV) e nas Especificações Técnicas, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

3.3 A edificação térrea de 748,17 m² será composta por ambientes administrativos, gabinete, assessoria, secretaria, auditórios (principal para 150 pessoas e 3 mini auditórios), salas de atendimento e mediação, áreas de apoio (recepção, sala de som, copa, hall e áreas de foyer) e sanitários masculino e feminino.

3.4 A contratada será responsável pela entrega da edificação em plenas condições de uso, incluindo a obtenção da Licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB) e a limpeza final da obra.

3.5 Esta solução é definida pelo conjunto de elementos técnicos que constituem o Projeto Básico da contratação.

3.6 A Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA) instruiu os autos com todas as peças necessárias, incluindo projetos de Arquitetura (Planta Baixa, Cobertura, Layout, Cortes), Estrutural (fundações, pilares, vigas), Instalações Elétricas, Hidrossanitárias (água fria e esgoto), Lógica/Rede, CFTV (câmeras) e Prevenção e Combate a Incêndio, além das Especificações Técnicas e Orçamentos.

Especificações por etapas:



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

TERMO DE REFERÊNCIA

I. SERVIÇOS PRELIMINARES:

Barracão: madeira de lei tipo escama, pintura à base de cal e cola. Placas de obra: conforme padrão MPAP, dimensões mínimas de 8 m². Locação: realizada com quadros rígidos e referência de nível (RN) conforme planta de locação. Limpeza: como desmatamento, destocamento, capina e retirada de entulhos, manutenção diária e constante do canteiro.

II. FUNDAÇÕES E ESTRUTURA

Fundação em sapatas isoladas interligadas por viga baldrame. As formas para pilares, vigas e demais elementos estruturais serão em madeira, com aplicação de produtos específicos para evitar a aderência do concreto à fôrma e deixar as referidas estruturas sem brocas ou imperfeições. Sobre todas as vãos de Portas e Janelas haverá vergas de concreto armado com seção de 0,15 x 0,20 m, no traço especificado em projeto, ultrapassando em dimensão linear 20 cm para cada lado.

III. PAREDES E VEDAÇÕES

Alvenaria de tijolos cerâmicos bem queimados, com espessura de no mínimo 9 cm, assentes com argamassa de cimento, barro e areia, no traço 1:2:6 em volume, com juntas de 1,5 cm verticais e horizontais.

IV. COBERTURA

Estrutura metálica, com telhamento em telha de alumínio trapezoidal e isolamento termo-acústico, Calha metálica galvanizada e rufos em concreto armado.

V. ESQUADRIAS

Portas, portais e alisadores: serão de MDF branco, com portais e alisares em madeira maciça. Os portais deverão ter a largura da parede acabada, e deverá ser assentado alisares de 5,0x1,5 cm em ambos os lados, os mesmos terão pintura esmalte sobre massa óleo em ambas as faces na cor a ser definida pela fiscalização. As ferragens serão de latão com acabamento acetinado e maçaneta modelo tipo alavanca acabamento Luxo em aço cromado.

Porta de acesso: em vidro temperado incolor de espessura 10mm. Ferragens em aço cromado. Puxadores modelo "tubo" em aço cromado.

Janelas: serão de em vidro temperado incolor de espessura 8mm. Ferragens em aço cromado. Puxadores modelo "tubo" em aço cromado

VI. REVESTIMENTOS E PISOS

A cerâmica a ser usado deverá ser tipo "A" 25 x 35 cm, na cor a ser definido pela fiscalização, liso, e assentados com argamassa de cimento portland ou cola, com juntas de no máximo 1,5mm a prumo rejuntados com pasta de cimento branco e alviade, indo do piso acabado até a altura contida em projeto e não deve apresentar som seco ao baque.

VII. PINTURAS

Interior e exterior: todas as paredes internas receberão massa acrílica, até que as paredes fiquem perfeitamente lisas, e, sobre esta, será aplicada tinta acrílica na cor a ser definida pela fiscalização em tantas demãos quantas forem necessárias para o perfeito recobrimento da área de pintura. Antes do emassamento e da aplicação da pintura, todas as paredes receberão aplicação de selador acrílico.

VIII. INSTALAÇÕES

Tubulação Interna - Os eletrodutos serão emendados através de luvas em ambas as extremidades, a serem ligadas, as quais serão introduzidas nas luvas até se tocarem, para assegurar a continuidade interna da tubulação. O projeto de SPDA segue orientações da NBR 5419 que estabelece critérios para dimensionamento e projeto. Os elementos de captação serão tipo FRANKLIN 4 pontas.

IX. ACABAMENTOS E COMPLEMENTOS

Forro: modulado em Fibra mineral, placas 625x625mm, cor branco, espessura 19mm, fixados por meio de uma estrutura de sustentação suspensa, fixada previamente ao teto. Esta estrutura é formada por pendurais, estrutura de fixação, estrutura auxiliar e acessórios de fixação. Definir



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

a posição das luminárias ou outros equipamentos que serão colocados junto ao forro (unidades evaporadoras, caixas de som, etc.), considerando as tramas de sustentação para fixar luminárias e equipamentos. Fixação das cantoneiras em todo perímetro da obra com espaçamento máximo entre parafusos de 0,625m e distância mínima da laje de 15cm;

X. LIMPEZA E ENTREGA

A contratada deverá entregar a edificação limpa, com todos os resíduos removidos, vidros polidos e áreas externas varridas, pronta para uso institucional.

Ao proceder a entrega da obra o Construtor deverá estar consciente de que todos os serviços estão perfeitamente concluídos e acabados e que todas as documentações, justificativas e plantas exigidas pelo MPAP e pela Fiscalização estão em dias.

3.7 A solução como um todo destina-se à execução de obra do tipo convencional, conforme os elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, dentre outros, os seguintes serviços:

- a) Serviços preliminares – Serviços Gerais (placas , taxas e emolumentos, demolições e retiradas, limpeza , locação e barracão da obra);
- b) Movimento de terra (aterro compactado);
- c) Supra estrutura (pilares vigas e vergas, laje em concreto armado impermeabilizada);
- d) Parede e Painéis (Alvenaria);
- e) Cobertura;
- f) forro;
- g) Revestimento (chapisco, rebocos paulista, cerâmicas esmaltadas;
- h) Esquadrias (portas, portas em vidro temperado, janelas);
- i) Pavimentação (contrapiso, lastro de concreto, porcelanato polido e antiderrapante);
- j) Instalações hidrosanitárias (tubulação, aparelhos e metais, acessibilidade);
- l) Instalação, instalações Lógica/telefone, SPDA e aterramento (Eletrodutos; Conexões, eletrocalhas e dutos lisos para piso, caixas, características de instalações, instalações de SPDA);
- m) Pintura (Interior e exterior);
- n) Diversos (Soleiras, Bancadas e peitoris);
- o) Encerramento (limpeza, entrega da obra e observações finais);

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A solução a ser contratada deve atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e de desempenho para garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade da nova sede. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência.

1.2 Para a presente contratação foi elaborado PROJETO BÁSICO com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental gerado, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

1.3 Requisitos Gerais: O objeto principal é a entrega de uma edificação completa e pronta para uso, com área construída de 748,17 m², localizada em terreno seguro , sito na Rua B, um, 40, Vila Amazonas, Santana-AP). A edificação deve conter todos os ambientes definidos no projeto arquitetônico (projeto básico e anexos). A construção deve seguir rigorosamente os projetos e memoriais descritivos, incluindo:

- I. Estrutura de concreto armado (fundações, pilares, vigas e laje).
- II. Vedação da alvenaria em tijolos cerâmicos queimados.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

III. Cobertura com telhas alumínio trapezoidal e isolamento termo-acústico;

IV. Esquadrias de com ferragens e latão com acabamento acetinado (portas) Ferragens em aço cromado (porta de vidro temperado.

V Pisos em porcelanato polido e antiderrapante;

VI Instalações elétricas, hidrossanitárias, de climatização, lógica e CFTV (câmeras) completas e funcionais.

4.1 Requisitos técnicos da contratação:

I. Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;

II. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

III. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

IV. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

V. Empresa de engenharia para execução de serviços de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado e paredes em alvenaria cerâmica e cobertura com telhas termo acústicas, conforme quantitativos previstos nos projetos;

VI. Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA/CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

VII. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;

VIII. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

IX. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

X. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

XI. A execução deve ser realizada por empresa de engenharia especializada, com mão de obra qualificada e supervisionada por profissional habilitado com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

4.2 Requisitos Legais e Normativos:

I. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

II. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

III. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1986, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

IV. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

V. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

VI. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil

VII. Atendimento integral às normas da ABNT, NRs do MTE, Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros/AP e normas de acessibilidade (NBR 9050).

4.3 Requisitos de Garantia e Entrega:

- I. A contratada deverá entregar a edificação totalmente limpa e pronta para uso institucional. A entrega definitiva está condicionada à apresentação da Licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB). A obra possui garantia legal mínima de 5 anos.

4.4 Requisitos de Sustentabilidade:

I. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

II. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.5 Ressalta-se que a comprovação de responsabilidade técnica é um dos requisitos essenciais. A empresa deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela execução da obra. Isso se alinha à exigência do Art. 27 do Ato Normativo nº 007/2023-GAB/PGJ, que determina que a Administração exija ART/RRT não apenas para a execução, mas também para "projeto, (...) orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas", peças estas que foram devidamente elaboradas e assinadas pela equipe técnica da DEA nesta fase preparatória.

5 ORÇAMENTO ESTIMADO, COM AS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS UTILIZADOS PARA SUA FORMAÇÃO

5.1 A estimativa de valor da contratação foi realizada pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA) do MP-AP, com base em orçamentos detalhados (Sintético e Analítico/CPUs), utilizando como referência as tabelas oficiais de custos, como SINAPI, SBC e ORSE.

1.3.1 Total sem BDI: R\$ 2.549.874,83 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

1.3.2 Total do BDI (28,82%): R\$ 734.654,53 (Setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

1.3.3 Valor Total Geral Estimado: R\$ 3.284.529,36 (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos).

5.2 O orçamento foi elaborado em estrita observância do Ato Normativo nº012/2023-GAB/PGJ, utilizando a composição de custos unitários baseada nas tabelas de referência SINAPI, SBC, ORSE e outras.

5.3 O valor total inclui o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de 28,82% e os Encargos Sociais (ES) cabíveis (Desonerado: Horista 91,05% e mensalista 50,81%).

5.4 A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

5.5 Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

5.6 O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

5.7 Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada (DEA-MP), que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que acompanhará a documentação do Projeto Básico.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de execução:

6.1.1 A CONTRATADA deverá definir um responsável da equipe técnica para o serviço como coordenador, tendo a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pelo CONTRATANTE. Este deverá ser o consultor;

6.1.2 A CONTRATADA deverá analisar os documentos referentes ao objeto licitado, identificando as principais funções envolvidas na gestão de projetos e suas relações de autoridade (matriz de responsabilidades);

6.1.3 A CONTRATADA deverá definir as competências necessárias para manter a gestão e a boa execução dos serviços contratados considerando cada função atribuída ao profissional habilitado.

6.1.4 A CONTRATADA deverá ser conhecedora das normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços. Portanto, não será aceita nenhuma alegação por parte da CONTRATADA que esta ou aquela norma/legislação não está contemplada neste termo de referência.

6.1.5 A CONTRATADA deverá ter domínio sobre os serviços que serão executados por ela.

6.1.6 A CONTRATADA deverá ter ciência sobre as características locais, principalmente quanto ao período de chuva na região, portanto, não será aceita alegação de atraso na execução da obra devido às chuvas nem devido a condições topográficas ou geológicas.

6.1.7 A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa;

6.2 Da mão de obra a ser empregada:

6.2.1 A CONTRATADA deverá manter funcionários em quantidade suficiente para cada tarefa/atividade da obra, empregando sempre mão de obra qualificada para cada atividade. Para isso, a CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar documento comprobatório de que o funcionário está habilitado e capacitado para manusear ou operar os equipamentos e/ou maquinários, bem como familiarizado com a execução da tarefa em questão.

6.2.2 Os funcionários deverão ser registrados pela CONTRATADA com assinatura da CTPS, com exceção daqueles oriundos de empresas terceirizadas. Porém, a CONTRATADA somente poderá subcontratar serviços para empresa cujos funcionários que prestarão o serviço estejam devidamente registrados nas respectivas.

6.2.3 Não será permitida, em hipótese alguma, a utilização de mão de obra sem que o funcionário esteja devidamente registrado na empresa ou com contrato de prestação de serviços.

6.2.4 Todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de segurança;

6.2.5 A CONTRATADA deverá ser conhecedora e observar rigorosamente as orientações das Normas Regulamentadoras – NR'S do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 18 e NR 5.

6.2.6 A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os EPI'S e promover a substituição destes sempre que necessário, conforme a periodicidade estipulada em NR ou quando o EPI não oferecer mais segurança ao funcionário, o que ocorrer primeiro.

6.2.7 Em caso do descumprimento das normas de segurança do trabalho, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no edital.

6.2.8 O canteiro de obras deverá ser devidamente preparado de acordo com as recomendações da NR18, levando-se em consideração o número máximo de funcionários por turno, de forma a garantir aos funcionários da CONTRATADA saúde, segurança e conforto.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

6.3 Dos equipamentos e materiais a serem empregados:

6.3.1 A CONTRATADA deverá fornecer máquinas, equipamentos e ferramentas em quantidades suficientes a execução de cada tarefa/atividade da obra, conforme cada fase do cronograma.

6.3.2 Os equipamentos sempre deverão apresentar boa qualidade, revisados e com manutenções preventivas em dia, de forma a zelar pela integridade dos mesmos e garantir a segurança dos operadores e funcionários que estejam trabalhando no local de utilização.

6.3.3 A CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente, bem como promover o controle de acesso aos locais de manuseio e operação de equipamentos que possam causar acidentes.

6.3.4 Caminhões e demais equipamentos que se locomovem no canteiro deverão ser dotados de aviso sonoro quando da operação em marcha ré, ou em qualquer tipo de movimento como plataformas elevatórias.

6.3.5 Todo e qualquer tipo de equipamento/máquina somente poderá ser manuseado/operado por profissional devidamente habilitado e capacitado para tal. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar, a qualquer tempo, da CONTRATADA certificados que atestem a capacidade do operador para o equipamento em questão.

6.3.6 Em caso de não observância pela revisão e manutenção dos equipamentos e maquinários, inclusive em caso de operação destes por funcionário não habilitado e capacitado, a FISCALIZAÇÃO poderá notificar a CONTRATADA e, em caso de reincidências, aplicar as sanções previstas no contrato.

6.3.7 Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e, estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO, com exceção de eventuais serviços de remanejamento onde estiver explícito o reaproveitamento.

6.3.8 A CONTRATADA deverá submeter à FISCALIZAÇÃO, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de executá-los. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação por escrito dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos.

6.4 Dos materiais empregados na construção:

6.4.1 Todo e qualquer material a ser empregado deverá ser comprovadamente de boa procedência de fabricante e de mercado. Os materiais deverão estar de acordo com as recomendações das normas da ABNT e/ou acreditado pelo INMETRO, quando for o caso, ou outro órgão certificador de qualidade.

6.4.2 A CONTRATADA deverá ter procedimento de aferição quanto ao atendimento de conformidade dos materiais, de forma a rejeitar os materiais e equipamentos que forem fornecidos fora da especificação técnica.

6.5 Do Diário de Obras:

6.5.1 Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

6.5.1.1 Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da CONTRATANTE e a segunda da CONTRATADA;

6.5.1.2 Todas as folhas do Diário de Obras deverão ser assinadas por um representante da FISCALIZAÇÃO e do RESPONSÁVEL TÉCNICO da CONTRATADA, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados.

6.5.1.3 Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do CONTRATADO e do CONTRATANTE.

6.5.2 Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela CONTRATADA:

6.5.2.1 Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;

6.5.2.2 Consultas à FISCALIZAÇÃO;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

- aprovado;
- 6.5.2.3 Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma
- 6.5.2.4 Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- 6.5.2.5 Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- 6.5.2.6 Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou
- serviço;
- 6.5.2.7 Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.
- 6.5.3 Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela FISCALIZAÇÃO:
- 6.5.3.1 Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no
- "Diário de Obras";
- 6.5.3.2 Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as
- especificações, prazos e cronogramas;
- 6.5.3.3 Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com
- correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- 6.5.3.4 Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos
- ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- 6.5.3.5 Determinação de providências para o cumprimento do objeto e
- especificações;
- 6.5.3.6 Outros fatos que, a juízo da FISCALIZAÇÃO, devem ser objeto de registro.

7 SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

- 7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 7.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao
- funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente
- justificado;
- 7.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,
- quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo
- justificado;
- 7.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar
- declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 7.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto
- às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em
- qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará
- sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.2.1 Advertência;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

7.2.2 Multa: moratória, em razão do atraso injustificado, na proporção de 5% (cinco por cento), calculada sobre a parcela não executada e prevista para o período, no cronograma físico financeiro;

7.2.3 Multa: moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, bem como de documentos necessários ao pagamento das medições ou outro documento solicitado pela fiscalização;

7.2.4 Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.2.5 Multa compensatória de 15% (quinze por cento) à 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

7.2.6 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 8 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

7.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública; Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.3.6 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.3.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.3.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.3.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.3.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 17.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas em lei e poderão constar ainda em instrumento contratual.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.4 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para Administração.

8.1.4.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

8.1.4.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.1.4.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.1.4.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

8.1.4.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

8.1.4.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.1.5 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.1.5.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.1.6 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.1.6.1 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.1.6.2 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.1.7 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.1.8 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

TERMO DE REFERÊNCIA

8.1.9 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.1.10 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). Se necessário, o Fiscal deverá avisar a empresa através de e-mail, no caso de querer deixar documentada a ocorrência.

8.1.11 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.12 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, Art. 118). O preposto somente necessitará comparecer ao MPAP quando solicitado, não sendo obrigatória a sua permanência nas dependências do Órgão sem a devida convocação.

8.1.13 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

8.1.14 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.15 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

8.1.16 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.17 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.18 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.19 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.20 Após a assinatura do contrato, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.1.21 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa, além de verificar a conformidade das execuções da prestação.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado por meio de medições aferidas dos valores e porcentagens constantes na planilha orçamentária ofertada pela LICITANTE vencedora. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

9.2 O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.

9.3 Para efeito de pagamento, serão considerados ainda os seguintes:



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

9.3.1 O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data a ser definida, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

9.3.2 O pagamento será realizado somente sobre os serviços executados, ou seja, não será permitido o pagamento de materiais e/ou equipamentos apenas adquiridos ou postos em obra sem a devida instalação.

9.3.3 A antecipação da execução de etapas/serviços em relação ao prazo previsto no cronograma físico-financeiro deverá ser aprovada previamente pela FISCALIZAÇÃO sob pena de a CONTRATADA somente ter o direito de receber estes apenas quando decorrido o prazo previsto na programação de desembolso.

9.3.4 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.3.5 Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO. Certidão de Negativa de Débito (CND) da Fazenda Federal, Estadual, e Municipal do domicílio ou sede da contratada, consistindo em certidão ou documento equivalente, emitido por órgão competente, e dentro do prazo de validade, expresso nas próprias certidões ou documentos:

9.3.6.1 Prova de regularidade para com a Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;

9.3.6.2 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em plena validade relativa à contratada;

9.3.6.3 Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em plena validade, relativa à contratada.

9.3.6.4 Certidão de Débitos Trabalhistas (TRT).

9.4 As medições, para apuração da execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro apresentado pela Contratada, serão realizadas por requerimento da Contratada, ou ainda de ofício pelo MP-AP.

9.5 As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente, em caráter ordinário, ou a qualquer tempo, em caráter extraordinário, cuja justificativa deve constar no respectivo procedimento, conforme juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

9.6 A primeira medição poderá ser realizada após a expedição da "Ordem de Serviço", e no mês em curso no qual aquele documento fora emitido; e a última medição será realizada após a conclusão da obra, independentemente da previsão mensal das medições.

9.7 Na aplicação do §5º do artigo 95 da Lei 14.133/2021, o período de intervalo entre as medições será definido em instrumento contratual.

9.8 Nos meses em que não forem realizadas medições na obra, e não existindo ordem de paralisação da obra por parte da Administração, deverá ser lançada medição igual a "zero" no controle e acompanhamento financeiro do contrato, com expresso e formal registro de justificativa para aquela situação, como também deverá ser atualizado o cronograma físico-financeiro, o qual deverá vir acompanhado de cópia do "Diário de Registro de Obra" e "Relatório Fotográfico", que demonstrem o acompanhamento da obra por parte dos fiscais da MP-AP.

9.9 A medição igual a "zero", sem justificativa apresentada e aceita pela MP-AP, caracterizará abandono ou inexecução da obra e contrato, ensejando a adoção das medidas cabíveis de responsabilização da Contratada, previstos neste Edital e no Contrato.

9.10 As equipes de fiscalização, ou servidores designados como fiscais, da MP-AP deverão elaborar, a planilha de medição, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período.

9.11 A planilha de medição será elaborada conforme planilha de preços contratada, inclusive seguindo o mesmo padrão de unidades, medindo somente os serviços efetivamente executados.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

9.12 As medições deverão conter planilha dos serviços executados, cronograma físico-financeiro atualizado, cópia do diário de obras, e relatório fotográfico comprovando a evolução dos serviços no período.

9.13 Toda medição, ao final, deverá conter a anuência da Contratada, mediante assinatura do Responsável Técnico e do representante Legal da Contratada.

9.14 Somente após a confecção da Planilha de Medição, a qual deverá ser elaborada no prazo de dez dias, contados do recebimento do requerimento da Contratada ou da expedição da Ordem de Serviço pela Administração (medição de ofício), poderá ser emitida a respectiva Nota Fiscal dos serviços executados, para fins de pagamento dos valores contratados pelo MP-AP.

9.15 Depois de fechada a Planilha de Medição, a Contratada apresentará a Nota Fiscal ao MP-AP, a qual será encaminhada ao fiscal do contrato, a quem caberá atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento.

9.16 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para pagamento acompanhada da Planilha de Medição e demais documentos e certidões de regularidade fiscal (federal, estadual e municipal) exigidos por Lei.

9.17 Por conveniência e critério do MP-AP, em atendimento ao interesse público, o prazo de medição poderá ser alterado para mais ou para menos, conforme o desenvolvimento dos serviços a serem medidos.

10 DA MATRIZ DE RISCO

10.1 De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a formulação de matriz de alocação de riscos é necessária em obras e serviços de grande vulto ou quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada. Vejamos:

Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

10.2 O objeto da presente aquisição não é obra ou serviço de grande vulto, e nem será adotado o regime de contratação integrada ou semi-integrada. Em razão do estabelecido no artigo 22, 3º, da Lei nº 14.113/2021, fica dispensada a matriz de risco da obra em questão

10.3 Contudo, foi elaborado o Mapa de Gerenciamento de Riscos, identificando os principais riscos e as ações preventivas e de contingência, consta no **Estudo Técnico Preliminar**, em conformidade com o Art. 18, inciso X, e Art. 169 da Lei nº 14.133/2021.

11 DO REAJUSTE

11.1 Os preços poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data do orçamento estimado, conforme índice a ser previsto no edital (Índice setorial da construção civil, SINAPI), como medida de mitigação do risco de defasagem do orçamento.

11.1.1 Índice de reajuste de preço:

11.1.1.1 Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n. 14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos, conforme Art. 285 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022.

11.1.1.2 Os preços contratuais serão reajustados segundo o Decreto n. 1.054 de 07/02/94, alterado pelo Decreto 1.110 de 13/04/94, observado o disposto no art. 3º e seu § 1º da Lei 10.192 de 14/02/91, de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, conforme fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, respeitada a periodicidade mínima legal, mediante a seguinte fórmula:

11.1.2 $R = V(I - I_0) / I_0$

11.1.3 Onde:

11.1.4 R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

11.1.5 V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

11.1.6 I_o = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/MP-AP;

11.1.7 I = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

11.1.8 Decorrido período superior a 1 (um) ano, contado da data de elaboração do orçamento base da MP-AP, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12(doze) meses.

11.1.9 O reajustamento será devido do primeiro dia do mesmo mês do ano seguinte ao do orçamento da administração/MP-AP. (Acórdão TCU 1.707/2013).

11.1.10 A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.

11.1.11 Para itens de contratos que necessitam ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice;

11.1.12 Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

11.2 REVISÃO de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2 Grupo: É composto por apenas um item. Trata-se de objeto único.

12.3 A fase de lances será aberta e será aplicado o intervalo R\$ 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

12.4 Conforme versa o Art. 59, §4 da Lei 14.133/2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração

12.5 Critérios de aceitabilidade de preços:

12.5.1 Regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

12.5.2 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

12.5.3 Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica;

Habilitação fiscal, social e trabalhista;

Qualificação Econômico-Financeira;

Qualificação Técnica.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

12.6 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.7 A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. (§ 1º do Art. 67 Lei Federal nº 14.133/2021).

12.8 Será admitida a exigência de atestados de capacidade técnica-operacional com quantidades mínimas de 40% (quarenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.
Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente. (§ 1º e 2º do Art. 67 Lei Federal nº 14.133/2021)

12.9 Apresentação de equipe técnica mínima com os profissionais abaixo indicados:

12.10 Equipe técnica mínima:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Engenheiro Civil/Arquiteto	01
2	Encarregado Geral de Obras	01

12.10.1 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

12.10.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

12.10.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

12.10.3.1 Capacitação Técnica – Operacional:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA	538	M²
02	FORRO EM FIBRA MINERAL	748	M²
03	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA	748	M²
04	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS	748	M²
05	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO OU PAREDE, 60 X 60 CM.	467,65	M²
06	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM	129,13	KG

12.10.3.2 Capacitação Técnica – Profissional:

12.11 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, por profissional(ais) de nível superior (de acordo com a exigência da obra), Engenheiro Civil, Arquiteto e/ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA e/ou CAU, detentor(es) de 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT,



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

expedidas por esses Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada, por execução de obras ou serviços com características equivalentes ou superiores.

12.12 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.13 O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.10.1 Da Visita Técnica:

10.10.1.1 Para visita ao local de execução dos serviços, as empresas interessadas deverão procurar a Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEAMP-AP da Procuradoria-Geral de Justiça do Amapá, situada na Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá (AP) – CEP: 68.903-883, de 08:00 às 14:00 horas, por meio dos telefones (96) 3198-1678 e (96) 3198-1678.

10.10.1.2 A visita deverá ser agendada com antecedência de 2 (dois) dias úteis e deverá ocorrer até 3 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da primeira sessão pública.

10.10.1.3 A vistoria tem caráter facultativo e caso a empresa não queira participar da visita nos dias agendados, poderá apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria Técnica, Declaração de Vistoria Técnica formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Ministério Público do Estado do Amapá – MP/AP

12.14 Documentos exigidos para habilitação:

12.15 Habilitação jurídica:

12.15.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.15.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

12.15.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.15.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.15.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.15.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

12.15.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

12.16 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.16.1 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

12.16.1.1 Prova de inscrição no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.16.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.16.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.16.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.16.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.16.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.16.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.16.2 Qualificação Econômico-Financeira:

12.16.2.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

12.16.2.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

12.17 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.18 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.19 Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

12.20 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

12.21 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.22 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

12.23 O critério de julgamento da proposta é o MENOR PREÇO GLOBAL, sobre o preço estimado pela Administração.

12.24 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei 14.133, de 2021.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

13.2 Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

13.3 Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que **compõe a documentação do Projeto Básico**.

13.4 O custo estimado total da contratação, com base no SINAPI, é de **R\$ 3.284.529,36** (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte nove reais e trinta e seis centavos).

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E TIPO DE EMPENHO

14.1 A despesa decorrente desta contratação é compatível com o Planejamento Estratégico do MP-AP e com as leis orçamentárias vigentes.

14.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária a ser formalmente indicada pela área competente do MP-AP. Elemento de Despesa: 440051 – Obras e Instalações.

14.3 Em razão da natureza do objeto e da forma de aquisição/prestação, indica-se a emissão de Nota de Empenho do tipo **Global**, destinada às despesas contratuais sujeitas a parcelamento, conforme cronograma físico-financeiro.

15 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

15.1 O objeto é a construção completa do prédio das Promotorias de Justiça de Santana, com 748,17 m².

15.2 A execução deve seguir integralmente os Projetos (Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário, Prevenção e Combate a Incêndio, Lógica e CFTV) e as Especificações Técnicas pertinentes.

15.3 Os documentos pertinentes à contratação constam no PGA nº 20.06.0000.0003713/2025-98 e poderão ser consultados pelo link disponibilizado no edital correspondente à licitação.

15.4 Em razão dos documentos pertinentes à contratação serem extensos, foram juntados apenas nos autos do PGA nº 20.06.0000.0003713/2025-98 e poderão ser consultados pelo link mencionado. Os projetos estão acostados no processo.

15.5 A consulta ao PGA nº 20.06.0000.0003713/2025-98 disponibiliza informações de: Planilha de Custos (Orçamento); Composição de Preços Unitários (CPU); Composição de BDI; Composição de Encargos Sociais; Declaração de Vistoria Técnica; Resumos; Cronograma Físico-Financeiro; Especificações Técnicas.

16 LOCAL DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

16.1 Indica-se que a execução se dará na área localizada a Promotoria de Santana, sito na Rua B-1, 40, Vila Amazonas, Santana-AP.

16.2 Conforme detalhado neste Termo de Referência, a entrega definitiva está condicionada à apresentação da **Licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB)** e da ART/RRT de execução.

16.3 O recebimento dos serviços será realizado pelo Fiscal Técnico do Contrato, ou por comissão formalmente designada.

16.4 Além do disposto nos itens pretéritos, o recebimento observará:

16.4.1.1 Verificação de todas as instalações (Elétricas, hidrossanitárias, climatização, lógica e CFTV). Exigência de ensaios de materiais (ex: testes de concreto).

16.4.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. A obra possui garantia legal mínima de 5 anos.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

16.4.1.3 A Contratada deverá fornecer o material/serviço de acordo com as especificações e entregar a edificação **totalmente limpa e pronta para uso**.

17 GARANTIAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

17.1 A contratação conta com garantia de execução nos moldes do Art. 96 da Lei nº14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

17.2 Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

17.2.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômico, definido pelo Ministério da Economia.

17.2.2 Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Prestador de Serviço", representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia e como beneficiário o contratante.

17.2.3 Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

18 LOGÍSTICA REVERSA

18.1 O Art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela CONTRATADA.

18.2 Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

18.3 Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

18.4 Dessa forma, a presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis;

18.5 A equipe da CONTRATADA deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;

18.5.1 Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento;

18.5.2 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

18.5.3 Cumprir fielmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGCC) e Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), devendo todos os resíduos de classes A, B, C e D, provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. . removidos das instalações da Contratante, bem como resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas (item348), estarem acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com o art. 10, da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

18.6 Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme as normas técnicas pertinentes e legislação vigente;

18.7 A contratação de obra de engenharia gera impactos ambientais, notadamente na geração de resíduos de construção civil (RCC) e consumo de recursos. O projeto prevê o uso de telhas metálicas termoacústicas. Isso reduz a absorção de calor, diminuindo a necessidade de uso intensivo de ar-condicionado e, consequentemente, o consumo de energia elétrica.

18.8 O edital deverá exigir que a contratada cumpra a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas".

18.9 Os projetos de instalações hidrossanitárias e de águas pluviais visam o correto manejo dos efluentes e da drenagem, evitando impactos no solo.

18.10 Além dos requisitos do projeto, o edital e o contrato deverão prever cláusulas que obriguem a contratada a apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC), assegurando a "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados". A própria mudança da sede, saindo de uma área de risco de alagamento próxima ao rio para uma área administrativa designada, já constitui uma medida mitigatória de impacto ambiental e de risco social.

19 APROVAÇÃO

19.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Termo de Referência que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

19.2 Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF Diretor da Divisão de Engenharia e Arquitetura	DORISNEY FERREIRA MAGALHÃES BRANDÃO Assessora técnica	RITA DE CÁCIA DA SILVA COELHO AMORAS Agente de Planejamento

19.3 As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

Autoridade Competente
ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO Secretário-Geral do MP-AP

19.4 Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida solução proposta representa um apoio relevante à continuidade das atividades de capacitação e treinamento do MP-AP.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Procedimento de Gestão Administrativa nº: 20.06.0000.0003713/2025-98

Demandante: Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PG)

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção de 01 (um) prédio localizado na Rua B-1, 40, Vila Amazonas, Santana-AP, específico para centralizar atendimento das Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, mini auditórios, salas para atendimento de Mediação e Conciliação e auditório para 150 pessoas, assegurando-se condições adequadas de acessibilidade, segurança contra incêndio e pânico, conforto ambiental e eficiência energética, em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, Corpo de Bombeiros, NBR 9050).

Modalidade: Concorrência, com fundamento no Art. 6º, XXXVIII (contratação de obras e serviços de engenharia), da Lei nº 14.133/2021.

Local do serviço: Município de Santana /AP.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 7/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta-se o seguinte Estudo Técnico Preliminar:

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação visa solucionar graves problemas estruturais e de segurança que afetam as Promotorias de Justiça do município de Santana. A necessidade da administração, sob a perspectiva do interesse público, fundamenta-se em pontos críticos identificados no Documento de Formalização de Demanda, que abaixo transcrevemos:

A contratação é necessária para garantir a continuidade, segurança e adequação dos serviços públicos prestados pelas Promotorias de Justiça de Santana.

1. Inadequação da Estrutura Física: O atual prédio possui uma estrutura física reduzida, sendo insuficiente para comportar com conforto e dignidade os membros, servidores e o público usuário. Além disso, a inadequação do espaço limita o atendimento e a organização interna do trabalho, manifestando necessária a centralização, em um único imóvel, das atividades relacionadas às Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, Núcleo de Mediação e Auditório que comporte 150 pessoas, assegurando-se condições adequadas de acessibilidade, segurança contra incêndio e pânico, conforto ambiental e eficiência energética, em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, Corpo de Bombeiros, NBR 9050).

- 1.2 A Ampliação justifica-se no imperativo da capacidade de atendimento ao público, especialmente em demandas de cidadania, direitos difusos e coletivos, infância e juventude, bem como métodos autocompositivos de solução de conflitos.
- 1.3 Atualmente, a maioria das atividades coletivas promovidas pelo Núcleo de Mediação da Promotoria de Justiça de Santana se dão em espaços físicos cedidos ou alugados, tornando difícil a compatibilidade de datas e horários das atividades em virtude dos espaços físicos nem sempre estarem disponíveis nos períodos programados.
- 1.4 A demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do MPAP e ao Plano de Contratações Anual, na medida em que visa fortalecer a infraestrutura física necessária ao cumprimento da função institucional do Ministério Público, aprimorando o atendimento ao cidadão, a proteção de direitos fundamentais e a efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial, em consonância com o art. 11, parágrafo único, e art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021

2 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 2.1 A contratação está totalmente alinhada com o Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Amapá (Decênio 2020-2029), e com o objetivo estratégico de melhorar a qualidade do serviço público ofertado que é o pilar que sustenta esta demanda.
- 2.2 Os investimentos em espaços melhorados, adaptados e receptivos se enquadram perfeitamente nesse objetivo ao promover o aprimoramento de atendimento do órgão, o que é essencial para



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

o cumprimento da missão institucional. Então, este investimento foi identificado como crucial para aprimorar o atendimento do órgão em seu campo de atuação.

2.3 A contratação não é um evento isolado, mas sim parte de um planejamento estratégico maior, que visa à melhoria contínua dos serviços internos por meio da qualificação de seus prédios.

2.4 O Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça e a Secretaria-Geral já se manifestaram a favor da pretensa construção por considerarem que as instalações da Promotoria de Justiça de Santana carecem de boas condições de uso. Desta feita, demonstra-se que a contratação atende a um plano de ação preestabelecido e não é uma demanda isolada, garantindo a racionalidade e a transparência do processo.

2.5 A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, § 1º, II, indica a necessidade de demonstração de que a contratação esteja prevista no Plano de Contratação Anual de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, como é visto no caso em tela.

2.6 Porém, não se demonstrou no Plano de Contratações Anual de 2025 a previsão de contratação deste tipo de contratação. Pois, embora o Plano de Contratações Anual (PCA) ter sido instituído para o exercício vigente, a presente contratação inexistente nele devido à sua necessidade e possibilidade de concretização ocorrer após a publicação do PCA-2025. Esta contratação não está explicitamente detalhada no Plano de Contratações Anual (PCA), tratando-se de uma demanda específica e pontual originada pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA).

2.7 A iniciativa alinha-se ao planejamento estratégico do MP-AP ao reforçar a imagem de uma instituição, que não apenas cumpre seu papel fiscalizador, mas também adota práticas exemplares em sua gestão de investimento de recursos, promovendo a melhora dos prédios públicos que formam seu patrimônio.

2.8 Desta feita, desde que observados os critérios de Planejamento Estratégico e justificativa, a contratação estará alinhada ao interesse público primário e à eficiência administrativa, não havendo vedação para sua realização.

2.9 Considerando que a contratação em questão está alinhada com o planejamento e objetivo institucional da Administração do Ministério Público, justifica-se a possibilidade de continuidade do rito.

2.10 Por fim, após emanada a justificativa para continuidade que o rito requer, ressalta-se que a natureza contínua dessa demanda reforça a importância de sua inclusão no planejamento anual de contratações no exercício vindouro, conforme as diretrizes orçamentárias e legais vigentes.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A solução a ser contratada deve atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e de desempenho para garantir a funcionalidade, segurança e durabilidade da nova sede. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência.

3.2 Para a presente contratação foi elaborado PROJETO BÁSICO com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental gerado, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

3.3 Requisitos Gerais: O objeto principal é a entrega de uma edificação completa e pronta para uso, com área construída de 748,17 m², localizada em terreno seguro, sito na Rua B, um, 40, Vila Amazonas, Santana-AP). A edificação deve conter todos os ambientes definidos no projeto arquitetônico (projeto básico e anexos). A construção deve seguir rigorosamente os projetos e memoriais descritivos, incluindo:

- I. Estrutura de concreto armado (fundações, pilares, vigas e laje).
- II. Vedação da alvenaria em tijolos cerâmicos queimados.
- III. Cobertura com telhas alumínio trapezoidal e isolamento termo-acústico;
- IV. Esquadrias de com ferragens e latão com acabamento acetinado (portas) Ferragens em aço cromado (porta de vidro temperado).
- V. Pisos em porcelanato polido e antiderrapante;
- VI. Instalações elétricas, hidrossanitárias, de climatização, lógica e CFTV (câmeras) completas e funcionais.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

3.4 Requisitos técnicos da contratação:

- I. Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- II. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- III. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- IV. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- V. Empresa de engenharia para execução de serviços de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado e paredes em alvenaria cerâmica e cobertura com telhas termo acústicas, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- VI. Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA/CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- VII. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- VIII. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- IX. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- X. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.
- XI. A execução deve ser realizada por empresa de engenharia especializada, com mão de obra qualificada e supervisionada por profissional habilitado com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

3.5 Requisitos Legais e Normativos:

- I. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- II. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- III. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- IV. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- V. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- VI. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil
- VII. Atendimento integral às normas da ABNT, NRs do MTE, Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros/AP e normas de acessibilidade (NBR 9050).

3.6 Requisitos de Garantia e Entrega:



Ministério Público
do Estado do Amapá

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I. A contratada deverá entregar a edificação totalmente limpa e pronta para uso institucional. A entrega definitiva está condicionada à apresentação da Licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB). A obra possui garantia legal mínima de 5 anos.

3.7 Requisitos de Sustentabilidade:

I. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

II. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

3.8 Ressalta-se que a comprovação de responsabilidade técnica é um dos requisitos essenciais. A empresa deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela execução da obra. Isso se alinha à exigência do Art. 27 do Ato Normativo nº 007/2023-GAB/PGJ, que determina que a Administração exija ART/RRT não apenas para a execução, mas também para "projeto, (...) orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas", peças estas que foram devidamente elaboradas e assinadas pela equipe técnica da DEA nesta fase preparatória.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 A necessidade de sede segura e adequada para a Promotoria de Justiça de Santana levou à análise das seguintes soluções:

Solução 1: Permanência no Imóvel Atual (Status Quo)

Solução 2: Locação de Outro Imóvel

Solução 3: Construção de Sede Própria (Solução Escolhida)

4.1.1 **Vantagem Técnica:** A construção de novo prédio permite a criação de um espaço projetado especificamente para as necessidades do MP-AP, garantindo acessibilidade e funcionalidade.

4.2 A análise de mercado considerou opções logísticas menos onerosas, conforme previsto no Ato Normativo nº22/2023-GAB/PGJ.

4.3 Diante das possibilidades analisadas e esclarecidas, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da melhor forma apta a gerar o resultado de execução mais vantajoso para a Administração Pública, adota-se a licitação e, considerando as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor forma de atender à demanda é a execução indireta da obra via "**CONCORRÊNCIA**":

4.3.1 A escolha da modalidade concorrência se justifica pela ampla possibilidade de contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.3.2 A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no Art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos a serem exigidos pelo edital.

4.3.3 A Nova Lei De Licitações em seu Art. 29, determina que a concorrência e o pregão sigam o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recurso e de homologação.

4.4 Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

4.5 Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n. 227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

reforma predial de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia.

4.6 O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica OT-IBR 002/2009 define obra como:

Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal n.5.194/66.

4.7 Como se verifica o objeto da presente contratação caracteriza-se como obra de engenharia e arquitetura, de modo que a modalidade adequada para o seu processamento é por meio da concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o art.17, § 2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução adotada é a contratação de empresa de engenharia especializada para a construção completa da nova sede da Promotoria de Santana, sob o regime de execução de obra.

5.2 O objeto compreende a execução integral dos serviços previstos nos projetos (Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário, Prevenção e Combate a Incêndio, Lógica e CFTV) e nas Especificações Técnicas, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

5.3 A edificação térrea de 748,17 m² será composta por ambientes administrativos, gabinete, assessoria, secretaria, auditórios (principal para 150 pessoas e 3 mini auditórios), salas de atendimento e mediação, áreas de apoio (receção, sala de som, copa, hall e áreas de foyer) e sanitários masculino e feminino.

5.4 A contratada será responsável pela entrega da edificação em plenas condições de uso, incluindo a obtenção da Licença de funcionamento do Corpo de Bombeiros (AVCB) e a limpeza final da obra.

5.5 Esta solução é definida pelo conjunto de elementos técnicos que constituem o Projeto Básico da contratação.

5.6 A Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA) instruiu os autos com todas as peças necessárias, incluindo projetos de Arquitetura (Planta Baixa, Cobertura, Layout, Cortes), Estrutural (fundações, pilares, vigas), Instalações Elétricas, Hidrossanitárias (água fria e esgoto), Lógica/Rede, CFTV (câmeras) e Prevenção e Combate a Incêndio, além das Especificações Técnicas e Orçamentos.

5.7 Especificações por etapas:

I. SERVIÇOS PRELIMINARES:

Barracão: madeira de lei tipo escama, pintura à base de cal e cola. Placas de obra: conforme padrão MPAP, dimensões mínimas de 8 m². Locação: realizada com quadros rígidos e referência de nível (RN) conforme planta de locação. Limpeza: como desmatamento, destocamento, capina e retirada de entulhos, manutenção diária e constante do canteiro.

II. FUNDAÇÕES E ESTRUTURA

Fundação em sapatas isoladas interligadas por viga baldrame. As formas para pilares, vigas e demais elementos estruturais serão em madeira, com aplicação de produtos específicos para evitar a aderência do concreto à fôrma e deixar as referidas estruturas sem brocas ou imperfeições. Sobre todas as vãos de Portas e Janelas haverá vergas de concreto armado com seção de 0,15 x 0,20 m, no traço especificado em projeto, ultrapassando em dimensão linear 20 cm para cada lado.

III. PAREDES E VEDAÇÕES

Alvenaria de tijolos cerâmicos bem queimados, com espessura de no mínimo 9 cm, assentes com argamassa de cimento, barro e areia, no traço 1:2:6 em volume, com juntas de 1,5 cm verticais e horizontais.

IV. COBERTURA

Estrutura metálica, com telhamento em telha de alumínio trapezoidal e isolamento termo-acústico, Calha metálica galvanizada e rufos em concreto armado.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

V. ESQUADRIAS

Portas, portais e alisadores: serão de MDF branco, com portais e alisares em madeira maciça. Os portais deverão ter a largura da parede acabada, e deverá ser assentado alisares de 5,0x1,5 cm em ambos os lados, os mesmos terão pintura esmalte sobre massa óleo em ambas as faces na cor a ser definida pela fiscalização. As ferragens serão de latão com acabamento acetinado e maçaneta modelo tipo alavanca acabamento Luxo em aço cromado.

Porta de acesso: em vidro temperado incolor de espessura 10mm. Ferragens em aço cromado. Puxadores modelo "tubo" em aço cromado.

Janelas: serão de em vidro temperado incolor de espessura 8mm. Ferragens em aço cromado. Puxadores modelo "tubo" em aço cromado

VI. REVESTIMENTOS E PISOS

A cerâmica a ser usado deverá ser tipo "A" 25 x 35 cm, na cor a ser definido pela fiscalização, liso, e assentados com argamassa de cimento portland ou cola, com juntas de no máximo 1,5mm a prumo rejuntados com pasta de cimento branco e alvaide, indo do piso acabado até a altura contida em projeto e não deve apresentar som seco ao baque.

VII. PINTURAS

Interior e exterior: todas as paredes internas receberão massa acrílica, até que as paredes fiquem perfeitamente lisas, e, sobre esta, será aplicada tinta acrílica na cor a ser definida pela fiscalização em tantas demãos quantas forem necessárias para o perfeito recobrimento da área de pintura. Antes do emassamento e da aplicação da pintura, todas as paredes receberão aplicação de selador acrílico.

VIII. INSTALAÇÕES

Tubulação Interna - Os eletrodutos serão emendados através de luvas em ambas as extremidades, a serem ligadas, as quais serão introduzidas nas luvas até se tocarem, para assegurar a continuidade interna da tubulação. O projeto de SPDA segue orientações da NBR 5419 que estabelece critérios para dimensionamento e projeto. Os elementos de captação serão tipo FRANKLIN 4 pontas.

IX. ACABAMENTOS E COMPLEMENTOS

Forro: modulado em Fibra mineral, placas 625x625mm, cor branco, espessura 19mm, fixados por meio de uma estrutura de sustentação suspensa, fixada previamente ao teto. Esta estrutura é formada por pendurais, estrutura de fixação, estrutura auxiliar e acessórios de fixação. Definir a posição das luminárias ou outros equipamentos que serão colocados junto ao forro (unidades evaporadoras, caixas de som, etc.), considerando as tramas de sustentação para fixar luminárias e equipamentos. Fixação das cantoneiras em todo perímetro da obra com espaçamento máximo entre parafusos de 0,625m e distância mínima da laje de 15cm;

X. LIMPEZA E ENTREGA

A contratada deverá entregar a edificação limpa, com todos os resíduos removidos, vidros polidos e áreas externas varridas, pronta para uso institucional.

Ao proceder a entrega da obra o Construtor deverá estar consciente de que todos os serviços estão perfeitamente concluídos e acabados e que todas as documentações, justificativas e plantas exigidas pelo MPAP e pela Fiscalização estão em dias.

5.8 A solução como um todo destina-se à execução de obra do tipo convencional, conforme os elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, dentre outros, os seguintes serviços:

- a) Serviços preliminares – Serviços Gerais (placas, taxas e emolumentos, demolições e retiradas, limpeza, locação e barracão da obra);
- b) Movimento de terra (aterro compactado);



Ministério Público
do Estado do Amapá

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- c) Supra estrutura (pilares vigas e vergas, laje em concreto armado impermeabilizada);
- d) Parede e Painéis (Alvenaria);
- e) Cobertura;
- f) forro;
- g) Revestimento (chapisco, rebocos paulista, cerâmicas esmaltadas;
- h) Esquadrias (portas, portas em vidro temperado, janelas);
- i) Pavimentação (contrapiso, lastro de concreto, porcelanato polido e antiderrapante);
- j) Instalações hidrosanitárias (tubulação, aparelhos e metais, acessibilidade);
- l) Instalação, instalações Lógica/telefone, SPDA e aterramento (Eletrodutos; Conexões, eletrocalhas e dutos lisos para piso, caixas, características de instalações, instalações de SPDA);
- m) Pintura (Interior e exterior);
- n) Diversos (Soleiras, Bancadas e peitoris);
- o) Encerramento (limpeza, entrega da obra e observações finais);

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1 A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido envolvendo a vistoria prévia técnica do imóvel, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

6.2 A contratação refere-se a um objeto único e indivisível, cuja estimativa de quantidade é detalhada pelos quantitativos de serviços e materiais descritos nas planilhas de Composição de Custos Unitários (CPUs) e no Orçamento Sintético.

6.3 A quantidade total é definida como 01 (uma) obra, que engloba a totalidade dos serviços necessários para a construção da edificação, conforme projetos e memoriais anexos ao processo. A medição e o pagamento serão realizados conforme o cronograma físico-financeiro, por etapas concluídas da obra.

6.4 A execução da obra será selecionada e contratada sob o regime de empreitada por preço global, conforme Art. 48, II, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 2º do Ato Normativo nº 017/2023-GAB/PGJ. Este regime é justificado pois os projetos e especificações técnicas (Projeto Básico) permitiram "definir com precisão os quantitativos e/ou qualitativos dos serviços a serem executados na obra".

6.5 A medição e o pagamento não serão por itens unitários, mas associados à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, conforme Art. 18, § 2º, do Ato Normativo nº 012/2023-GAB/PGJ.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa de valor da contratação foi realizada pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA) do MP-AP, com base em orçamentos detalhados (Sintético e Analítico/CPUs), utilizando como referência as tabelas oficiais de custos, como SINAPI, SBC e ORSE.

7.1.1 Total sem BDI: R\$ 2.549.874,83 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

7.1.2 Total do BDI (28,82%): R\$ 734.654,53 (Setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

7.1.3 Valor Total Geral Estimado: R\$ 3.284.529,36 (Três milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte nove reais e trinta e seis centavos).



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.2 O orçamento foi elaborado em estrita observância do Ato Normativo nº012/2023-GAB/PGJ, utilizando a composição de custos unitários baseada nas tabelas de referência SINAPI, SBC, ORSE e outras.

7.3 O valor total inclui o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de 28,82% e os Encargos Sociais (ES) cabíveis (Desonerado: Horista 91,05% e mensalista 50,81%).

7.4 A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

7.5 Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

7.6 O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

7.7 Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada (DEA-MP), que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que **acompanhará a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.**

8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2 Contudo, o parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

8.3 Para execução de obras não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

8.4 Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro.

8.5 A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

8.6 Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajosa para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

8.7 Desta feita, recomenda-se que a contratação seja realizada em **item único.**

8.7.1 **Justificativa:** O objeto é a "construção completa" de uma edificação, configurando-se como uma obra que, por sua natureza, é um empreendimento indivisível. A divisão do objeto em lotes (ex: Lote 1 - Fundações, Lote 2 - Elétrica, Lote 3 - Cobertura) é tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa.

8.7.2 **Viabilidade Técnica:** Comprometeria a unidade da execução, a coordenação dos serviços e a garantia da obra, diluindo a responsabilidade técnica sobre o produto final.

8.7.3 **Economia de Escala:** O parcelamento acarretaria perda de economia de escala e aumento dos custos de gestão administrativa, com a necessidade de fiscalizar múltiplos contratos simultaneamente.

8.8 A decisão pelo não parcelamento atende ao Art. 40, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021, pois o objeto a ser contratado "execução de obra". O parcelamento dos serviços (ex: fundação, alvenaria, cobertura) aumentaria os custos de gestão de múltiplos contratos e criaria riscos à "responsabilidade técnica" pelo todo da edificação.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

8.9 A contratação única por preço global é a que melhor atende à necessidade de uma solução completa e funcional.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Conforme explicitado no Documento de Formalização de Demanda, para este objeto, “**não se aplica**” a existência de contratações correlatas ou interdependentes. A obra licitada contempla todos os serviços e instalações necessários para a entrega do prédio pronto para uso.

9.2 A definição de “**não se aplica**” refere-se à *execução da obra*. Os projetos anexos (lógica, elétrico, etc.) já estão incluídos no objeto, não sendo contratações interdependentes.

9.3 Futuras aquisições, como mobiliário e equipamentos de TI, embora necessárias para o pleno funcionamento da sede, são contratações correlatas, mas não interdependentes, e serão objeto de processos de contratação próprios e distintos, não afetando a execução ou o recebimento da obra.

9.4 Isto posto, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Assegurar que as intervenções proporcionem um espaço adequado de labor ao Membro e Servidores da Promotoria de Justiça, agilizando o atendimento às demandas locais e reduzindo custos com deslocamentos, de modo que os ambientes possuam conforto resultando no trabalho eficiente, possibilitando a prestação dos serviços públicos de forma segura.

10.2 A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Projeto Básico. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras, de acordo com o Projeto Básico, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior, que vem sendo empregado no MP-AP.

10.3 Destarte, a solução engloba etapas acima mencionadas, de modo a propiciar espaço, deixá-lo em condições mais modernas de maneira a atender a boa prestação de serviços públicos.

10.4 A contratação visa alcançar os seguintes resultados, alinhados à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos:

10.4.1 **Efetividade:** Garantia da continuidade dos serviços do MP-AP em Santana, em local seguro, salubre e livre de riscos de alagamento.

10.4.2 **Eficiência:** Disponibilização de uma estrutura física adequada e projetada para as funções ministeriais, otimizando o fluxo de trabalho e o atendimento ao público.

10.4.3 **Economicidade (Longo Prazo):** Substituição de uma estrutura precária (com risco de perdas patrimoniais) ou de um potencial contrato de aluguel (despesa contínua) por um ativo permanente (patrimônio próprio), em terreno obtido por doação.

10.4.4 **Modernização:** Cumprimento da meta estratégica do MP-AP de modernizar e assegurar suas instalações.

10.5 O resultado pretendido manifesta-se ao contratar uma obra com especificações de qualidade comum, conforme detalhado nas Especificações Técnicas (ex: piso porcelanato, alvenaria cerâmica, cobertura termoacústica), e não de luxo, a Administração alcança a solução mais vantajosa, resolvendo a necessidade pública com economicidade e eficiência.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1 Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar as seguintes ações antes de contratação:

I. Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;

II. Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

III. Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto. Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.

11.2 No processo licitatório, o licitante deverá observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação.

11.3 Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta. A Vencedora e executora da obra deverá comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços, devendo ainda prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE

11.4 Realizada a seleção e contratação, o MP-AP deverá acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada. Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

11.5 Para o sucesso da contratação, a Administração deverá adotar as seguintes providências prévias:

11.5.1 **Designação de Agentes:** Designar formalmente a Comissão de Contratação (tratando-se de obra) e o(s) Fiscal(is) do Contrato (técnico e administrativo), que deverão ter qualificação compatível para a fiscalização de obra de engenharia.

11.5.2 **Disponibilidade Orçamentária:** Assegurar a existência de crédito orçamentário suficiente para cobrir a despesa total estimada em R\$ 3.284.529,38.

11.5.3 **Instrução Processual:** Encaminhar este Estudo Técnico Preliminar e todo o conjunto de projetos e orçamentos para os setores envolvidos para o devido rito de contratação.

12 ANÁLISE DE RISCOS VIA MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1 O Gerenciamento de Riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

12.2 O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

12.3 Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

12.4 Os seguintes parâmetros escalares foram utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

12.5 O mapa de risco da contratação será retratado no quadro abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência Eletrônica, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

12.5.1 Fase – Planejamento:

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1- Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Quando detectado o erro quanto a real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder com a retificação dos artefatos técnicos.
2- Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Falta de Dimensionamento correto do objeto a ser licitado	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis, que devem participar de forma intensiva da instrução processual.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas.
3- Estudos preliminares incorretos.	Instrução processual inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	Baixa	Alto	Identificar corretamente os setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes responsáveis acompanharem a instrução processual.
4- Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser	Falha no atendimento das necessidades da área demandante do serviço.	Baixa	Alto	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante do serviço.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

licitado.	Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou supressão).			Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	ou supressões do objeto em questão.
5- Fracasso da licitação.	Atrasos da execução do objeto com aumento da depreciação do imóvel e indisposição dos ambientes de trabalho. Comprometimento do desenvolvimento das atividades futuras.	Baixa	Alto	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução com preços compatíveis e atualizados ao valor de mercado. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência, com conhecimento do e condições necessárias em editais
6- Impugnação do edital.	Atraso na contratação da empresa e consequente dificuldades para o setor demandante	Baixa	Alto	Elaborar o edital corretamente. Atentar as normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência.	Treinamento da equipe de apoio

12.6 Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado:

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA RESPONSÁVEL
1- Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades da MP-AP. Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Baixa	Alto	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2- Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Descontinuidade dos serviços.	Baixa	Alto	Fiscalização mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas a aplicação das penalidades contratuais.
3- Períodos de chuva fora da previsibilidade local.	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	Baixa	Alto	NÃO HÁ.	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis.
4- Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Baixa	Alto	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
5- Execução do objeto em desacordo com o contrato	Não atendimento da demanda do órgão.	Baixa	Alto	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
6- Falta de pagamento à contratada	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Baixa	Alto	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

12.7 Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como risco do empreendimento, correram por conta do Contratado até o momento de entrega da obra, devendo estar previstos no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), em item único e próprio, visto que o BDI é o elemento orçamentário destinado a cobrir as despesas não diretamente relacionadas à execução do objeto Contratado, como a cobertura de riscos eventuais do empreiteiro.

12.8 No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços previstos no cronograma físico financeiro e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento.

12.9 Ademais, visando prevenir a ocorrência de atrasos deverá constar dos demais artefatos da contratação prazos para verificação de eventuais atrasos no período a ser definidos em 08 meses, levando em consideração a vigência contratual.

12.10 O cronograma físico-financeiro deverá estar atualizado com a execução contratual, de modo que seja possível visualizar o acompanhamento da programação feita para a obra, em caso de atrasos significativos deverá ser providenciado termo aditivo para atualizá-lo.

12.11 DEFINIÇÕES GERAIS:

Probabilidade: Chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.

Impacto: Resultado de um evento que afeta os objetivos.

Nível de Risco: Magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

12.12 A análise de riscos apresentada neste Artefato de Planejamento atende à exigência da fase preparatória. Esta análise, no entanto, deve ser contínua, cabendo à fiscalização e gestão do contrato, como primeira linha de defesa, monitorar os riscos alocados à contratada e à Administração e adotar as medidas necessárias para mitigar seus efeitos, assegurando a boa execução contratual.

13 ANÁLISE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 O Art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela CONTRATADA.

13.2 Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

13.3 Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

13.4 Dessa forma, a presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis;

13.5 A equipe da CONTRATADA deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos;

13.5.1 Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento;

13.5.2 Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

13.5.3 Cumprir fielmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGCC) e Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), devendo todos os resíduos de classes A, B, C e D, provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha removidos das instalações da Contratante, bem como resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas (item 348), estarem acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com o art. 10, da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;

13.6 Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme as normas técnicas pertinentes e legislação vigente;

13.7 A contratação de obra de engenharia gera impactos ambientais, notadamente na geração de resíduos de construção civil (RCC) e consumo de recursos. O projeto prevê o uso de telhas metálicas termoacústicas. Isso reduz a absorção de calor, diminuindo a necessidade de uso intensivo de ar-condicionado e, consequentemente, o consumo de energia elétrica.

13.8 O edital deverá exigir que a contratada cumpra a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas".

13.9 Os projetos de instalações hidrossanitárias e de águas pluviais visam o correto manejo dos efluentes e da drenagem, evitando impactos no solo.

13.10 Além dos requisitos do projeto, o edital e o contrato deverão prever cláusulas que obriguem a contratada a apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC), assegurando a "disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados".

14 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS

14.1 A utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução (Município de Santana) não será definida como critério de exigência ou pontuação no edital.

14.2 Trata-se de uma obra de engenharia de valor considerável e complexidade técnica, que exige capacidade técnica e econômico-financeira específica. A imposição de tal exigência poderia causar "prejuízos à competitividade" do certame, restringindo indevidamente o universo de licitantes e aumentando o risco de licitação deserta ou de contratação de empresa sem a expertise necessária, o que violaria o princípio da busca pela proposta mais vantajosa.

14.3 Embora o Ato Normativo nº 09/2023-GAB/PGJ incentive a consideração do desenvolvimento local, a inviabilidade técnica do parcelamento e a complexidade de uma obra completa exigem que a prioridade seja a busca pela proposta mais vantajosa. A restrição a prestadores locais para uma obra desta magnitude causaria prejuízo à competitividade, contrariando o Ato Normativo nº 22/2023-GAB/PGJ.

14.4 Ressalta-se que não há obrigação, tampouco o impedimento, da empresa vencedora utilizar mão de obra local.

15 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

15.1 Este Estudo Técnico Preliminar, em sua totalidade, não necessita de classificação de sigilo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

15.2 Todas as informações contidas neste documento são consideradas públicas e essenciais para a transparência do processo de contratação, incluindo a descrição da necessidade, os requisitos, as estimativas de valores e a análise de riscos. A participação em eventos de treinamento e capacitação é de interesse público e deve ser transparente.

16 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

16.2 O MP-AP não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra de reforma elaborado para a unidade, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados.



Ministério Público
do Estado do Amapá

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

16.3 Assim, após o planejamento consignado neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se **viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SANTANA** segundo as condições e especificações previstas neste Artefato de Planejamento por meio da Concorrência eletrônica.

16.4 A solução proposta atende ao interesse público ao resolver os graves riscos de segurança e a inadequação espacial da sede atual, garantindo as condições necessárias para a prestação dos serviços ministeriais com dignidade, segurança e eficiência.

16.5 A solução proposta é a que apresenta o melhor retorno sobre o investimento e a maior vantagem para o interesse público. A fase preparatória foi devidamente instruída com os elementos técnicos (projetos e orçamentos) e as análises (riscos e soluções) exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelos Atos Normativos do MP-AP, demonstrando a robustez do planejamento

16.6 Todos os requisitos foram atendidos, a necessidade foi demonstrada, os riscos foram gerenciados e as providências para a execução foram tomadas. A continuidade do rito de contratação está em total conformidade com o Planejamento Estratégico do MP-AP e contribuirá para o desenvolvimento da instituição.

16.7 A necessidade está devidamente justificada, alinhada à missão institucional do MP-AP e aos seus objetivos estratégicos de melhoria dos serviços prestados. A presente contratação é considerada apropriada para o atendimento da demanda.

16.8 Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento da Contratação, declara que a solução apresentada é a mais adequada para a referida contratação, demonstrando vantajosidade, logística e econômica, atendendo ao interesse público e viabilizando a contratação dos serviços comuns de natureza continuada e com dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção predial, preventiva e corretiva, bem como serviços eventuais, nos prédios do MP-AP.

16.9 Por meio do presente estudo preliminar, resta evidenciado que a contratação em questão se mostra possível para o atendimento da necessidade, constatando-se ser viável a contratação pretendida, atendendo às normas técnicas pertinentes e legislação vigente.

16.10 Os custos são conhecidos e compatíveis com os preços de mercado para eventos dessa natureza. Os riscos associados são gerenciáveis e os resultados esperados, em termos de qualificação e aprimoramento da atuação ministerial, superam os custos da contratação.

16.11 Esta contratação representa um investimento direto no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

16.12 Isto posto, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para a construção do prédio das Promotorias de Justiça de Santana.

16.13 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do MP-AP para o ano corrente. O detalhamento da Natureza da Despesa é: 449051.

17 ENCAMINHAMENTOS FINAIS

17.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Estudo Técnico Preliminar que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF Diretor da Divisão de Engenharia e Arquitetura	DORISNEY FERREIRA DE MAGALHÃES BRANDÃO Assessora técnica	RITA DE CÁCIA DA SILVA COELHO AMORAS Agente de Planejamento

17.2 As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

17.3 Considerando as necessidades, justificativas e fundamentações expostas neste Estudo Técnico

Autoridade Competente

Preliminar, concluiu-se que a referida contratação é pertinente e contribui diretamente para a continuidade e melhoria das atividades apontadas.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO
Secretário-Geral do MP-AP

Considerando as necessidades, justificativas e fundamentações expostas neste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a referida contratação é pertinente e contribui diretamente para a continuidade e melhoria das atividades apontadas.

17.4 As demais questões administrativas ficarão dispostas nos outros Artefatos. Sendo assim, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, conforme seus próprios fundamentos e autorizo a continuidade da instrução processual, razão pela qual encaminho à Assessoria de Planejamento e Contratações para seguimento da presente contratação.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL Nº _____
OBJETO (DESCRIÇÃO CONFORME EDITAL):
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ DO PROPONENTE:
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO PROPONENTE Nº:
ENDEREÇO DO PROPONENTE:
TELEFONE/FAX/E-MAIL DO PROPONENTE:
NOME REPRESENTANTE LEGAL DO PROPONENTE:
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DO PROPONENTE:

O valor global da proposta é de R\$...... (.....), sendo R\$......(....) referente ao total de mão-de-obra e R\$......(...) e referente ao total dos materiais; assim como o detalhamento do BDI proposto, com porcentagem de% e ENCARGOS SOCIAIS com porcentagem de%. O prazo de validade desta proposta é de dias.

Declaramos expressamente que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução das obras e/ou serviços projetados e especificados, com o fornecimento dos materiais e mão-de-obra, encargos sociais, ferramental, equipamentos, benefícios e despesas indiretas, assistência técnica, licenças inerentes a especialidade, tributos e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução da obra e ou serviço, inclusive à integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

Representante Legal da Empresa
CPF Nº _____
(Nome e Assinatura)

Responsável Técnico da Empresa
CREA N.º ou CAU N.º _____
(Nome e assinatura)



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

Anexo III-A do Modelo de Proposta
COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS(CPU) e Demonstrativo da
Composição do B.D.I.

Obs.1: O modelo da composição de preços é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços, cujos valores dos insumos, índices, BDI(ou na planilha principal) e Leis sociais deverá ser preenchido pela licitante para obter o preço unitário para cada serviço.

Anexo III-B do Modelo de Proposta
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO A SER EXECUTADO

Obs.1: O modelo do Cronograma Físico-Financeiro é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços.

Anexo III-C do Modelo de Proposta
COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Obs.1: O modelo da Composição dos Encargos Sociais e Trabalhistas é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

Anexo III-D do Modelo de Proposta

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO SINTÉTICO

Obs.1: O modelo da Composição do Orçamento Sintético é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços.

Anexo III-E do Modelo de Proposta

COMPOSIÇÃO DO RESUMO

Obs.1: O modelo da Composição do Resumo é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços.

Anexo III-F do Modelo de Proposta

COMPOSIÇÃO DO BDI

Obs.1: O modelo da Composição do BDI é o mesmo do anexo disponível no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO IV

**ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA
(MODELO A)**

(Este modelo deverá ser emitido pela Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/MP-AP)

ATESTO, para atender às exigências do Edital de Licitação da Concorrência nº **001/2026/MP-AP**, referente à **Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção do prédio Anexo a Promotoria de Justiça de Santana**, que o Senhor _____, **FUNÇÃO** (descrever qual a função na empresa), representante da Empresa _____, CNPJ nº _____, compareceu ao local da obra em ____/____/2026, onde tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com os ditames da Lei nº 14.133/2021.

Macapá (AP), ____ de _____ de 2026.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
(MODELO B)**

(Este modelo deverá ser emitido na forma e teor pelo representante legal da licitante)

DECLARAMOS, para atender às exigências do Edital de Licitação da Concorrência nº 001/2026/MP-AP, referente à referida **Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de construção do prédio Anexo a Promotoria de Justiça de Santana**. Empresa _____, que temos pleno conhecimento de todas as informações, condições locais e peculiaridades inerentes à natureza da obra para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com os ditames da Lei nº 14.133/2021, visto que verificamos “in loco” o grau de complexidade construtiva, as metodologias e soluções de engenharia, quantificação dos principais insumos indicados no projeto, bem como da localização para instalação do canteiro necessário à execução da obra, e assumimos total responsabilidade por esse fato e não utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ – MP/AP**.

Macapá (AP), _____ de _____ de 2026.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA /ASSINATURA ELETRÔNICA)



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Ref.: CONCORRÊNCIA nº 001/2026/MPAP

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA**, para fins da Lei nº 14.133/2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (☐)

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA e
DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO 37/2009-CNMP**

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(representante legal da empresa), como representante devidamente constituído da empresa: (empresa
licitante), CNPJ: _____, doravante denominada licitante, para fins do disposto no item 2.3 do título
VII do Edital da CONCORRÊNCIA nº 001/2026, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do CPB, que:

- a) A PROPOSTA apresentada para participar do presente certame, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante/Consórcio, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa.
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do presente certame não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame.
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação.
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do presente certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 37/2009-CNMP

Declaramos, para fins de cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do CNMP, que não possuímos sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO VII

MINUTA

CONTRATO Nº /2026/MP-AP
PGA nº 20.06.0000.0003713/2025-98/MP-AP
Concorrência n. ____/2026/MPAP
Art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
SIAFE n. 26002295

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA _____, PARA OS FINS NELE DECLARADOS.

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ. Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Araxá, s/n. Bairro Araxá, CEP 68.903-883, Município de Macapá, Estado do Amapá, devidamente inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 34.869.354/0001-99, denominado MP-AP ou **CONTRATANTE**, representado por seu **Secretário-Geral**, Promotor de Justiça Dr. André Luiz Dias Araújo brasileiro, residente na cidade de Macapá-AP e, do outro lado a Empresa _____ inscrita sob o CNPJ nº ____ / ____ situada na _____, neste ato representada por _____ domiciliado em seu endereço profissional, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, para atender às necessidades do MP-AP, submetendo-se às disposições constantes na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, suas alterações e às cláusulas e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato é decorrente da autorização exarada no Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.06.0000.0003713/2025-98/MP-AP com base no Parecer Jurídico nº ____/2026/ASSJUR-SG/MP-AP, constante no referido processo, cujo objeto foi contratado pela Concorrência n. ____/2026/MPAP, com base no art. 28, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, suas alterações posteriores, legislações correlatas e demais preceitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Este Contrato tem por objeto a construção de 01 (um) prédio localizado na Rua B-1, 40, Vila Amazonas, Santana-AP), específico para centralizar atendimento das Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, mini auditórios, auditório para 150 pessoas, salas para atendimento de Mediação e Conciliação, destinado ao atendimento das Promotorias de Justiça da Comarca de Santana: Promotorias da Cidadania, Cíveis, Infância e Juventude, bem como o Núcleo de Mediação conforme as disposições, os elementos característicos e as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação, Termo de Referência, Proposta da Contratada e respectivos anexos, documentos estes que integram este instrumento contratual independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. As especificações, inclusive técnicas, exigidas para conclusão e/ou entrega do objeto deste contrato são aquelas já pormenorizadas no Edital licitatório, Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a sua publicação no Portal Nacional das Contratações Públicas, podendo ser prorrogado na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2. O prazo de execução da obra é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
- 4.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no prazo de execução firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Anexo a este contrato, independentemente de transcrição, considera-se como modelo de gestão contratual que guiará o acompanhamento e fiscalização deste contrato, inclusive quanto ao início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e métodos e prazo para a realização de recebimentos provisório e definitivo, as disposições próprias constantes no Termo de Referência.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

5.2. O modo de execução do objeto deste contrato quanto aos seus resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento são os mesmos já predeterminados no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será permitir a subcontratação parcial (atividades acessórias) com responsabilidade integral da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), em conformidade com a proposta comercial de preços da contratada.

7.1.1. O valor acima será adimplido em conformidade com a periodicidade, os prazos, as regras, a taxa de câmbio quando for o caso, e demais critérios disciplinados em Edital e/ou Termo de Referência, inclusive para os casos que dependam medição;

7.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

7.1.3. Na omissão ou incorreta cotação de valores de despesas ordinárias diretas e indiretas citadas acima na proposta da Contratada, estes serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional ao Contratante à exceção do disposto no art. 121, §2º da Lei 14.133/2021.

7.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.5. O pagamento do documento fiscal somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada no prazo estipulado pelo termo de referência.

7.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.1.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.1.9. Quando do pagamento, se for constatado:

a) Qualquer irregularidade no documento fiscal apresentado implicará na interrupção do prazo de pagamento e na obrigação de emissão de novo documento fiscal válido e regular, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento;

b) Situação de irregularidade da Contratada, o MP-AP providenciará sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

c) Ausência de regularização ou, quando for o caso, sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos e persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. São formas de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato:

a) revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito

b) atualização monetária por pagamento diferido;

c) repactuação de preços

Da revisão de contrato:

8.2. A revisão de contrato é o instrumento destinado à alteração do contrato para restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro inicial na intercorrência das hipóteses de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou sinistros decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, na forma do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Ato Normativo nº 15/2023-GAB/PGJ.

Da atualização monetária por pagamento diferido:

8.3. A atualização monetária por pagamento diferido é a medida destinada a corrigir os efeitos do processo inflacionário e da desvalorização da moeda entre a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura/nota fiscal de determinada parcela do contrato e o seu pagamento efetivo, quando o adimplemento pela Contratante não for efetuado após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado, calculado, proporcionalmente, nos mesmos índices do reajustamento do contrato ou, no caso de contratação de serviços de mão de obra residente, no índice definido ao reajustamento dos custos decorrentes de mercado, nos termos em que dispõe o art. 11 do Ato Normativo nº 15/2023-GAB/PGJ.

Da repactuação de preços

8.4. Repactuação de preços é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado;

a) Para o interregno mínimo de 1 (um) ano da primeira repactuação, em relação os custos decorrentes de mercado o termo inicial será contado a partir da apresentação das propostas, já quanto os custos decorrentes da mão de obra, será vinculada ao acordo ou à convenção coletiva relativo a

Documento criado em 22/04/2026 às 13:58:45. Matrícula: 60113

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.mpap.mp.br/consultas/index.php?pg=documentos&codigo=MPAP2026XOT8DJG8AP>
MPAP2026XOT8DJG8AP.



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

cada categoria profissional abrangida pelo contrato ao qual o orçamento esteja vinculado.

b) Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregio mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação, entendendo-se como "última repactuação" a data em que iniciados seus efeitos financeiros da anterior, independentemente daquela apostilada;

b) A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, prazo esse que ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

c) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133/2021)

d) Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

e) Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente

f) Efetuada a repactuação o contratado fica obrigado a complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado;

g) A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados, sendo que se aprovada a revisão, esta poderá ser formalizada mediante apostilamento.

h) Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

8.5. A realização da repactuação exige da contratada, dentre outros critérios estabelecidos no Ato Normativo nº 15/2023-GAB/PGJ/MP-AP:

a) Solicitação formal até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito.

b) Demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação

8.6. Relativamente à repactuação custos decorrentes da mão de obra:

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133/2021);

b) O contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação

8.7. Relativamente à repactuação dos custos decorrentes de mercado estes serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento do acumulado de 12 (doze meses) do Índice de preços ao consumidor - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

a) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

b) Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo

c) Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e se houve ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo

d) Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE, além daquelas dispostas no Termo de Referência:

a) Requisitar da Contratada a execução do objeto contratual previsto e o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Contrato, no Termo de Referência, e em sua proposta comercial;



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

- b) Cumprir as regras e condições expostas no Termo de Referência, na Proposta Comercial e neste Contrato e eventuais anexos a estes documentos, permitindo a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios, informações e condições para o fiel cumprimento do objeto do contrato e para que a empresa possa executar suas obrigações, inclusive, quando previsto em edital ou termo de referência, a realização de etapa ou período destinado a verificação das tarefas necessárias ao início da execução do contrato;
- c) Promover, através de servidor devidamente designado pela administração, o acompanhamento, o auxílio e fiscalização da execução do objeto deste contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- d) Manter contato prévio com a empresa a fim de informar sobre eventuais alterações no processo de contratação;
- e) Instruir e encaminhar o processo de pagamento, após o recebimento definitivo e, estando todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas e válidas, na forma e nos prazos estipulados pelo Termo de Referência;
- f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, em prazo não superior 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos que dispõe o art. 123 da Lei nº 14.133/2021;
- g) Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133/2021);
- h) Informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cenis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (CGU), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021);
- i) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos em prazo não superior 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- j) Cumprir a garantia de emprego prevista no art. 9º, §2º, inciso II, da Lei nº 11.340/2006;
- k) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9.2. Deve a CONTRATANTE assegurar o cumprimento da reserva de cargos à que trata o art. 138, inc. I, da Lei Ordinária nº 2.713, de 24 de maio de 2022 do Estado do Amapá, garantindo às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar o mínimo de 8% (oito por cento) das vagas existentes nos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que atendida a qualificação profissional exigida e observados os critérios, regras e preferências estabelecidos na referida lei e em ato normativo interno regulamentador.

- a) Salvo disposição legal ou regulamentar em sentido diverso, considera-se mulher em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar as mulheres trans, travestis e outras identidades femininas, quando evidenciada situação de violência de gênero, a que dispõe o art. 5º, da Lei nº 11.340/2006;
- b) A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para o atendimento do objeto contratual, devidamente atestada na forma da Lei nº 2.713, de 24 de maio de 2022, não caracteriza o descumprimento da exigência legal;
- c) As vagas serão destinadas prioritariamente a candidatas que possuam filhos ou dependentes em idade escolar ou com deficiência, assim como pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- d) Caso não preenchida a quantidade cotas previstas, as vagas remanescentes serão revertidas para as demais mulheres, observadas as prioridades definidas no item anterior;
- e) A identidade e a situação de vulnerabilidade das mulheres contratadas deverão ser mantidas em sigilo pela pessoa jurídica contratada, bem como pelo órgão contratante, assegurando-se que o tratamento dos dados pessoais observe as normas pertinentes à proteção de dados, sendo vedada qualquer forma de discriminação de tais pessoas no exercício de suas funções;
- f) A implantação das cotas nas contratações públicas não implicará em demissão de profissionais já alocados em contratos existentes ou oriundos de remanejamento de contratações anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência, na Proposta comercial e eventuais anexos destes documentos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bens e/ou serviços contratados quando sobre eles forem constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados no prazo fixado pelo fiscal em compatibilidade com as disposições deste contrato e do Termo de Referência;
- c) Assumir a responsabilidade pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto deste contrato, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, dever esse que não será afastado ou reduzido em razão das fiscalizações efetuadas ou pelo acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, ficando o MP-AP autorizado a descontar o valor correspondente aos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital ou ato de contratação direta;
- d) Responder por perdas e/ou danos de qualquer natureza, que vier a sofrer o Contratante, seus funcionários ou servidores e equipamentos ou instalações, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da Contratada, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas que direta ou indiretamente afetem o cumprimento do contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, à

Documento criado em 22/04/2026 às 13:58:45. Matrícula: 60113

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.mpap.mp.br/consultas/index.php?pg=documentos&codigo=MPAP2026XOT6DJG8AP> Informando o código verificador
MPAP2026XOT6DJG8AP.





**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

exceção do disposto no art. 121, §2º da Lei 14.133/2021;

f) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

h) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

j) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do modelo de gestão, ou modelo de execução contratual, memorial descritivo ou instrumento congêneres;

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos;

l) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

m) Complementar, quando exigível, a garantia contratual após a celebração das repactuações e aditivos, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado;

n) Cumprir, quando for o caso, as condições de importação exigidas em edital e/ou Termo de Referência;

o) Comunicar ao fiscal do contrato ou setor competente, por meio de contato hábil e preferencialmente formal:

o.1) eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega ou realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis, instruindo o a respectiva comunicação com a devida comprovação da ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data final para entrega ou conclusão do objeto contratual;

o.2) Qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do acontecimento do fato.

10.2. Na forma como dispõem os documentos legais abaixo, também são obrigações da contratada:

a) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação, na contratação direta, como determina o art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

b) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

c) Enviar seus melhores esforços para o cumprimento, durante todo o período de execução do contrato da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções. (art. 116 – Lei nº 14.133/2021);

d) Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, resguardando o sigilo necessário conforme atos regulamentadores internos e as normas atinentes à proteção de dados pessoais. (art. 116, parágrafo único – Lei nº 14.133/2021);

e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II – Lei nº 14.133/2021);

f) Implantar, na hipótese de contratação de grande vulto, o programa de integridade do art. 25, §4º da Lei nº 14.133, no prazo de 6 (seis) meses, contados da celebração do contrato;

g) Cumprir e manter capital social integralizado compatível com o número de empregados a que prevê o art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974;

10.3. É dever da contratada arcar com todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do objeto contratual, bem como adotar todas as medidas necessárias à conclusão satisfatória do objeto deste contrato, tais como:

a) Contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregador;

b) Promover a guarda, manutenção e vigilância dos materiais, ferramentas, e de tudo o que for necessário à execução do objeto do contrato;

c) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, incluído as normas de segurança do contratante, bem como manter ou reparar, na medida do possível e cabível, a segurança, higiene e disciplina do local dos serviços ou do local de entrega;

d) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços ou da entrega, de modo a conduzi-los eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado, inclusive obtendo junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

e) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

f) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

g) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

h) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

i) Abster-se de dispor os resíduos originários da contratação em áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas tais como aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e, por qualquer motivo que seja;

10.4. Também são obrigações da Contratada por ocasião da execução deste contrato:

a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, cuja designação ou continuidade



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

no encargo poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

b) Garantir à Contratante o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

c) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação ou congêneres

d) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

e) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço

f) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

g) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

h) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

i) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

j) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto

k) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, LGPD e E-SOCIAL

11.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em cumprimento a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como na Política de Privacidade de Dados do MP-AP instituída no Ato Normativo n.º 28/2021/GAB-PGJ/MP-AP, com vista a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais a que tiver acesso em razão do vínculo contratual com o MP-AP.

11.1.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

11.1.2. Os documentos aos quais o Contratado tiver acesso e que não forem de natureza pública, considerando-se a Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), sejam eles pessoais, processuais ou institucionais, serão criteriosamente resguardados sob sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, pelos danos causados pela divulgação não autorizada ou utilização indevida das informações;

11.1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

11.1.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.2. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Registro e Manutenção das Informações de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, mantendo a regularidade das informações em conformidade com o Decreto nº 8.373/2014 e demais normas relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DE OBJETO

12.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12.2. Esta contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, da Lei 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, cabendo à contratada optar pela modalidade, nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Ato Normativo nº 21/2023-GAB/PGJ, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato, para fins do disposto considera-se inexecução total do contrato:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

- c.1) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada
- c.2) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração no termo de referência, inclusive sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 14.133/2021;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.2.4. **Multa**:
- a.1) em razão do atraso injustificado, na proporção de 5% (cinco por cento), calculada sobre a parcela não executada e prevista para o período, no cronograma físico financeiro;
- a.2) de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, bem como de documentos necessários ao pagamento das medições ou outro documento solicitado pela fiscalização;
- b) **Compensatória**
- b.1) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b.2) de 15% (quinze por cento) à 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;
- b.3) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 do termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b.4) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.5 a 13.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 13.3. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao MP-AP, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 13.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pelo MP-AP deverão ser registradas e publicadas. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013
- 13.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021), bem como outras responsabilizações cíveis ou penais.
- 13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 – Lei nº 14.133/2021).
- 13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



Ministério Público
do Estado do Amapá

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.3. A extinção na hipótese acima ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia, e caso tal comunicação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 14.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.5. Quando for o caso, o termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) Indenizações e multas.
- 14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 15.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites legais tratados nos arts. 124, art. 125 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. A alteração supra é vedada na hipótese de contratação integrada ou semi-integrada, exceto nas exceções previstas do art. 133, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas situações abaixo, nos termos que exemplifica o art. 136 c/c art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021:
- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
 - b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
 - c) alterações na razão ou na denominação social do contratado;
 - d) empenho de dotações orçamentárias;
 - e) anotação das circunstâncias de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato que motivem a prorrogação automática do cronograma de execução do contrato, conforme art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Para a execução do objeto do presente contrato serão destinados recursos do orçamento do MP-AP no valor estimado total de R\$ _____ (_____), à conta do Programa de Trabalho nº _____, Fonte de Recurso _____, Elemento de despesa _____, conforme Nota de Empenho n. 2026NE000_____, de ____/____/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA MATRIZ DE RISCOS

17.1. Nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, adota-se como matriz de risco responsável pela identificação e dos riscos contratuais previstos e presumíveis entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados, as disposições definidas e elencadas em título próprio constante no Estudo Técnico Preliminar correlato à esta contratação, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, inclusive as fixadas em norma coletiva de trabalho, previdenciária fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar.

Parágrafo Primeiro: É vedada a prestação de serviços por empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, se estendendo às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis)

Documento criado em 22/04/2026 às 13:58:45. Matrícula: 50113
A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.mpap.mp.br/consultas/index.php?pg=documentos&codigo=MPAP2026XOT&DJG8AP>
MPAP2026XOT&DJG8AP.





**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026**

meses após a desincompatibilização, conforme art. 3º, inciso II e parágrafo 2º da Resolução/CNMP n.º 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério alterada pela Resolução/CNMP n.º 172, de 4 de julho de 2017.

Parágrafo Segundo: Nos termos do art. 4º da Resolução/CNMP n.º 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Amapá, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br)

20.2. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Para fimeza do que ficou estabelecido, as partes abaixo subscrevem o presente instrumento.

Ministério Público do Estado do Amapá
André Luiz Dias Araújo
Secretário-Geral/MP-AP

Empresa Contratada
Nome do Representante
Função



Assinado eletronicamente por IDELMIR TORRES DA SILVA, GERENTE DA DIVISÃO DE CONTRATOS, em 22/04/2026, às 13:58, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Portaria 2192/2025-GAB-PGJ/MPAP
Concorrência nº 001/2026

ANEXO VIII

RELAÇÃO DE PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Obs.1: Todos os anexos estarão disponíveis no site do MP-AP, link licitações, https://www.mpap.mp.br/portal_licitacao/licitacoes, onde constarão todas as Planilhas para composição de Preços e também no site (www.gov.br/compras);